

RELATÓRIO ANUAL



2002

COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

- * CSPE
- ✓ CONSELHO DELIBERATIVO DA CSPE
- ✓ COMISSARIADO

ENERGIA ELÉTRICA - ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

- ✓ FISCALIZAÇÃO TÉCNICO-COMERCIAL
- ✓ FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL
- ✓ INDICADORES DE QUALIDADE
- ✓ EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- ✓ PESQUISA E DESENVOLVIMENTO
- ✓ COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL
- ✓ FISCALIZAÇÃO DE PCH's E PCT's
- ✓ APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO REMANESCENTE
- ✓ ATIVIDADES DE APOIO À REGULAÇÃO

GÁS CANALIZADO - ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

- ✓ REGULAÇÃO
- ✓ FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL
- ✓ INDICADORES DE QUALIDADE
- ✓ INVESTIMENTOS

OUVIDORIA

COMUNICAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

CONVÊNIOS E PARCERIAS

CSPE – COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ENERGIA

CSPE

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, Agência Reguladora e Fiscalizadora dos Serviços de Energia Elétrica e Gás Canalizado do Estado de São Paulo, é uma entidade autárquica, criada pela Lei Complementar 833, de 17 de outubro de 1.997 e regulamentada pelo decreto nº 43.036, é vinculada à Secretaria de Estado de Energia, tendo iniciado suas atividades em 14/04/98.

A CSPE tem como Missão, ser instrumento de aperfeiçoamento do serviço público de energia, regulando e fiscalizando no Estado de São Paulo os serviços de distribuição de gás canalizado, e as atividades de energia elétrica, por delegação da ANEEL.

A CSPE é composta por:

- Conselho Deliberativo
- Comissariado
- Chefia de Gabinete
- Diretoria Administrativa
- Grupo Técnico e de Concessões
- Grupo Comercial e de Tarifas
- Grupos de Fiscalização
- Ouvidoria
- Assessoria Técnica e Jurídica
- Assessoria de Comunicação

CONSELHO DELIBERATIVO DA CSPE

Presidente:

Dr. Tamas Makray (Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo)

Membros:

Dr. Jorge Katsumi Sugimoto (Representante dos Servidores da CSPE)

Dr. Antônio Carlos dos Santos Baltazar

(Representante dos Trabalhadores nas Empresas de Serviços de Energia Elétrica)

Dr. Eurico de Andrade Azevedo (Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo)

Dr. Francisco Romeu Landi (Membro de livre escolha do Governador do Estado de São Paulo)

Dr. Luiz Sutti (Representante da Sociedade Civil indicado pelos Conselhos de Consumidores das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica no Estado de São Paulo)

Dra. Maria Lumena Balaben Sampaio

(Representante da Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON)

Dr. José Geraldo dos Santos (Representante das Empresas de Energia Elétrica do Estado São Paulo) – posse em junho de 2002

Dr. Nelson Vieira Barreira (Representante das Empresas de Energia Elétrica do Estado São Paulo) – até maio de 2002

Dr. Pedro Mahler (Representante da Federação do Comércio do Estado de São Paulo – FCESP)

Dr. Pio Gavazzi (Representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP)

Dr. Roberto Tavares Ledo (Representante dos Trabalhadores nas Empresas de Serviços Locais de Gás Canalizado)

Dr. Carlos Eduardo de Freitas Brescia

(Representante das Empresas de Serviços de Gás Canalizado do Estado de São Paulo) – posse em junho de 2002

Dr. Sérgio Bertocco (Representante das Empresas de Serviços de Gás Canalizado do Estado de São Paulo) – até maio de 2002

Dr. Zevi Kann (Comissário Geral da Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo)

Secretaria:

Dra. Maria Cristina Biselli Ferreira

COMISSARIADO

Dr. ZEVI KANN
Comissário Geral

Dr. MOACYR TRINDADE DE OLIVEIRA ANDRADE
Comissário Chefe do Grupo Comercial e de Tarifas

Dr. CARLOS MÁRCIO VIEIRA TAHAN
Comissário Chefe do Grupo Técnico e de Concessões

ENERGIA ELÉTRICA – ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

FISCALIZAÇÃO TÉCNICO COMERCIAL

As atividades de fiscalização no ano de 2002, foram planejadas para a fiscalização das atividades técnico-comerciais nas seguintes áreas:

- Atendimento comercial, especialmente em relação aos centros de atendimento telefônico, atendimento pessoal, medição e faturamento;
- Cumprimento das condições gerais de fornecimento;
- Qualidade na área técnica, verificando critérios e periodicidade da manutenção de redes de distribuição, linhas de subtransmissão e subestações, envolvendo todas as concessionárias de distribuição do Estado de S.Paulo.

Ainda, no ano de 2002, a CSPE realizou fiscalizações pontuais planejadas, bem como outras emergentes, em atendimento a reclamações de consumidores junto à Ouvidoria, notícias publicadas pela mídia e solicitações diversas.

DESTAQUES DAS FISCALIZAÇÕES DO ANO DE 2002

- **Centrais de Atendimento Telefônico:**

A CSPE, preocupada com a centralização do atendimento ao consumidor nos meios telefônicos que as empresas concessionárias dos serviços de eletricidade vem promovendo, desde 2000 vem acompanhando o desempenho das Centrais de Atendimento das concessionárias de energia elétrica, de forma a monitorar e estabelecer parâmetros de qualidade. Em 2002 a CSPE avaliou esse serviço com relação aos aspectos de facilidade de acesso, presteza, correção das informações, retornos oferecidos e incluindo essas verificações no conjunto das fiscalização das demais empresas.

- **Atendimento a Resolução 456/2000:**

A Resolução 456 estabeleceu requisitos a serem cumpridos pelas empresas em prazos variáveis.

Este programa de fiscalização foi realizado principalmente avaliando os principais itens que impactam o consumidor: medição, faturamento, emissão de contas, cortes de energia, participação financeira, ressarcimento de danos, contratos de fornecimento.

- **Fiscalizações de Procedimentos de Manutenção de Linhas e Subestações**

Foram realizadas fiscalizações específicas sobre os procedimentos e as conformidades das instalações de subtransmissão e subestações.

- **Fiscalizações Pontuais**

Os processos abertos por consumidores junto à Ouvidoria CSPE muitas vezes requereram uma apreciação técnica, que exigiram não só a pesquisa de informações relevantes como também contatos junto à concessionária e visitas a consumidores.

- **Fiscalização do cumprimento dos Termos de Notificação:**

Foram fiscalizados em campo os cumprimentos das obrigações fixadas entre a CSPE e as concessionárias por meio das NãoConformidades apontadas e determinações emitidas nos TNs.

Assuntos que foram objetos de análise no ano de 2002

A CSPE, em assuntos selecionados, solicitou informações e/ou realizou fiscalizações pontuais, relacionadas a seguir:

- * **Atendimento a solicitações do Ministério Público.**

Em casos de denúncias quanto aos direitos do consumidor de energia elétrica. Os seguintes assuntos foram objeto de análise:

- Compensação de faturamento – cobrança complementar;
- Faturas com indícios de leituras incorretas com acerto em fatura seguinte;
- Cortes sem prévia comunicação formal;
- Não observância do prazo contratual para respostas a solicitações;
- Práticas de financiamento da parcela de investimento obrigatório de responsabilidade da concessionária.
- Irregularidades nos procedimentos de leitura e faturamento de consumidores com auto-leitura e/ou leitura plurimensal.

- ✓ **Interrupções provocadas por ventos e temporais.**

Nos meses de verão, fortes ventos que costumeiramente atravessam o território do Estado de São Paulo acompanhados por fenômenos atmosféricos, por exemplo, raios e chuvas intensas, em muitos casos, causam variados transtornos à população pela descontinuidade do serviço.

A CSPE, preocupada com os efeitos que essas interrupções provocam nas atividades normais da população, realizou um levantamento dessa situação através do encaminhamento de ofício às empresas de distribuição de energia, solicitando informações detalhadas acerca dessa questão.

As seguintes informações foram solicitadas:

- Sistema de monitoramento de deslocamento de tempestades (radar meteorológico). Quais as providências tomadas em função das informações enviadas pelo sistema;
- Procedimentos da empresa para mobilização das equipes de plantão e equipes telefônicas;
- Script de informações, em poder dos atendentes, para serem repassados aos clientes, no dia da ocorrência;
- Providências adotadas para informar a comunidade através da imprensa.
- Levantamento das ligações do sistema de atendimento telefônico emergencial e ordens de serviços executadas, em períodos determinados
- Resumo das mobilizações efetivadas pelas equipes de plantão e equipes telefônicas (quantitativas, tempo de deslocamento).

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO EMITIDOS EM 2002

Atendendo ao programa de fiscalizações da CSPE, em consonância com a ANEEL foram realizadas 30 vistorias técnicas programadas de fiscalização conforme os tópicos anteriormente descritos. Também foram realizadas 26 fiscalizações pontuais em assuntos emergentes que originaram não-conformidades e determinações às empresas, somando um total de 56 fiscalizações de campo

A tabela a seguir mostra o detalhamento das não-conformidades, determinações e recomendações emitidas por meio dos relatórios e das 56 TN's emitidos no ano de 2002.

Nº.	Empresa	Comercial			Técnico			AI
		NC	DC	RC	NT	DT	RT	
1	Eletropaulo	74	55	-	40	26	-	1
2	Bandeirante	13	5	-	8	3	-	-
3	CPFL	71	41	1	-	-	-	-
4	ELEKTRO	30	15	-	36	10	2	-
5	EEB	52	26	-	16	5	13	-
6	Nacional	11	9	-	14	3	5	-
7	Vale	9	4	-	4	-	2	-
8	Santa Cruz	12	5	-	8	-	2	-
9	CPEE	17	3	-	17	1	-	-
10	Jaguari	9	4	-	1	1	-	-
11	Sul Paulista	25	13	2	12	-	3	-
12	Piratininga	29	14	4	-	-	-	-
13	Caiuá	6	5	-	30	8	-	-
14	Mococa	11	9	-	17	4	7	-
	TOTAL	369	208	7	203	61	34	1

ACOMPANHAMENTO DOS TNS EMITIDOS EM 2001

A equipe de fiscalização técnico-comercial da CSPE acompanha sistematicamente o cumprimento das não-conformidades, determinações e recomendações referentes às fiscalizações efetuadas.

Considerando o percentual de cumprimento, temos a seguinte situação:

EMPRESA	Não Conformidade (%)	Determinação (%)
Eletropaulo	63%	36%
Bandeirante	100%	100%
CPFL	91%	81,5%
Elektro	86,5%	88,5%
Bragantina	100%	100%
Nacional	100%	100%
Vale	88%	93%
Santa Cruz	100%	100%
CPEE	82%	86%
Jaguari	100%	-
EPTE	100%	100%
Sul Paulista	100%	-
Piratinunga	100%	100%
Caiuá	85%	71%
Mococa	85%	-
TOTAL	84,4%	77%

As não-conformidades ou determinações ainda não plenamente atendidas referem-se a ações em andamento.

FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Atendendo ao Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições firmado com a ANEEL, a CSPE desenvolveu em 2002 os trabalhos de fiscalização econômica, financeira e contábil nas concessionárias de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo.

Estes trabalhos compreenderam a análise e avaliação da gestão financeira, a observância dos aspectos da legislação e dos regulamentos que definem a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica pelas concessionárias, principalmente do Contrato de Concessão, assim como, das resoluções da ANEEL, da legislação societária, fiscal e tributária.

No monitoramento das informações oficiais, sejam contábeis (Prestações Anuais de Contas – PAC's, Relatórios de Informações Trimestrais – RIT's e Balancetes Mensais Padronizados – BMP's) ou aquelas publicadas pela imprensa, o Grupo Econômico e Financeiro desta Comissão vem realizando o acompanhamento do desempenho econômico e financeiro das concessionárias cuja fiscalização está sob sua responsabilidade.

As informações apuradas no monitoramento foram utilizadas como subsídios ao Planejamento da Fiscalização, documento resultante das diretrizes estabelecidas em conjunto com a ANEEL, para os trabalhos de fiscalização desenvolvidos no ano de 2002.

Foram realizadas no período de agosto a dezembro de 2002, as fiscalizações em 13 concessionárias, inclusive na Companhia Piratininga de Força e Luz, que surgiu a partir da cisão da empresa Bandeirante Energia.

Dentre as 14 concessionárias de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo, previstas para serem fiscalizadas neste período, a fiscalização na Eletropaulo foi adiada por solicitação da ANEEL, para ser realizada no exercício de 2003, devido ao processo de revisão tarifária daquela concessionária.

Os trabalhos de fiscalização na Companhia Paulista de Força e Luz – CPFL no ano de 2002, foram desenvolvidos concomitantemente aos trabalhos de revisão tarifária da concessionária, com o apoio dos parceiros contratados e sob a supervisão dos técnicos da ANEEL e da CSPE.

As fiscalizações realizadas no exercício de 2002 resultaram em 13 Relatórios de Fiscalização, contendo diversas constatações com as respectivas não conformidades, determinações e recomendações, sendo emitidos até dezembro deste ano, 2 Autos de Infração.

Foram desenvolvidos nos meses de novembro e dezembro de 2002, trabalhos específicos de fiscalização na Elektro, resultando na emissão de Termo de Notificação pela própria ANEEL.

Outra atividade desenvolvida em 2002 pelo Grupo Econômico e Financeiro da CSPE, foi o atendimento da Auditoria de Monitoramento do Sistema da Qualidade, que teve a

finalidade de garantir o Sistema da Qualidade nos processos de fiscalização econômica e financeira, já certificada pela ISO 9002, ficando reconhecida a conformidade do Sistema e sendo recomendada a continuidade da certificação.

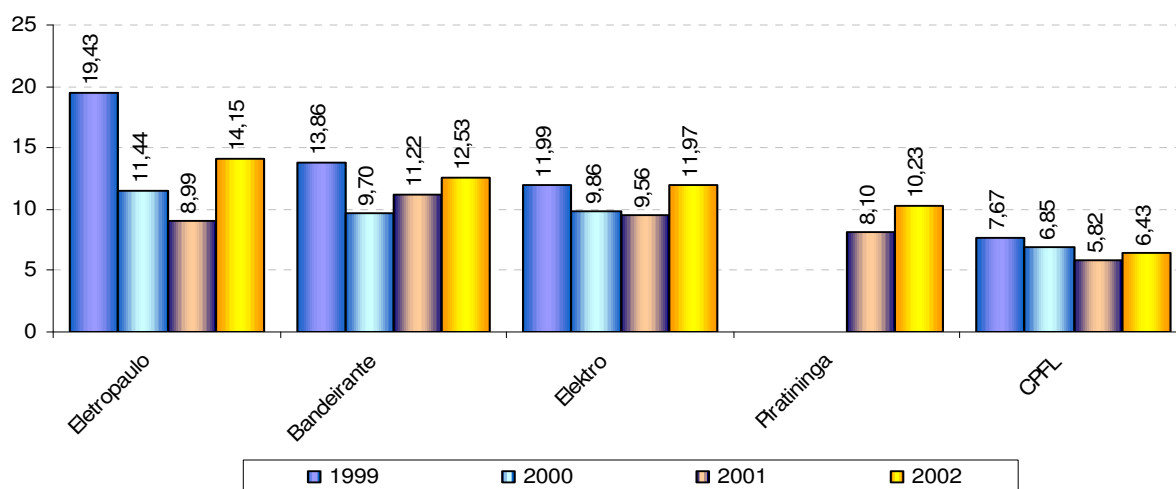
INDICADORES DE QUALIDADE – ENERGIA ELÉTRICA

A qualidade dos serviços prestados pelas Concessionárias de Energia Elétrica no Estado de São Paulo é avaliada através de Indicadores de Qualidade específicos para cada tipo de prestação de serviço. Os indicadores apurados são acompanhados, controlados e comparados com padrões de qualidade, que quando transgredidos, sujeitam às concessionárias ao pagamento de penalidades.

A fixação de procedimentos, indicadores, padrões e penalidades, objetivavam garantir a manutenção dos níveis praticados quando da privatização e uma gradativa melhoria da qualidade dos serviços prestados aos consumidores. Quando das revisões tarifárias, a ANEEL irá rever esses valores, aperfeiçoando a regulamentação. Como consequência, a ultrapassagem dos padrões definidos gera penalidades em favor dos consumidores, quando se tratar de Indicadores Individuais e, ao Poder Concedente, quando se tratar de Indicadores Coletivos. No ano de 2002, a CSPE efetuou as análises de transgressões e penalidades referentes ao ano de 2001.

O Indicador DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora e FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora, são demonstrados nas figuras 1 e 2, por Concessionária. É possível observar que a maioria das Concessionárias, no ano de 2002, apresentou um resultado maior em relação ao ano de 2001. Isto ocorreu principalmente devido às chuvas que resultaram em maior incidência de ocorrências nas redes de energia elétrica, provocando interrupções no fornecimento. Um outro fator relevante está relacionado com a interrupção do suprimento externo, principalmente aquele ocorrido no mês de janeiro de 2002.

FIGURA 1
Concessionárias com mais de 1.000.000 de Consumidores
Duração Equivalente de Interrupções por Unidade Consumidora - DEC
Expressa em horas e centésimos de horas de interrupções por ano.
Interrupções maiores ou iguais a 1 (um) minuto.
Com influência do suprimento Externo



A Companhia Piratininga de Força e Luz é oriunda da cisão da Empresa Bandeirante de Energia S/A, ocorrida ano de 2001, portando não possui histórico nos anos anteriores.

FIGURA 2
Concessionárias com menos de 1.000.000 de consumidores
Duração Equivalente de Interrupções por Unidade Consumidora - DEC
Expressa em horas e centésimos de horas de interrupções por ano.
Interrupções maiores ou iguais a 1 (um) minuto.

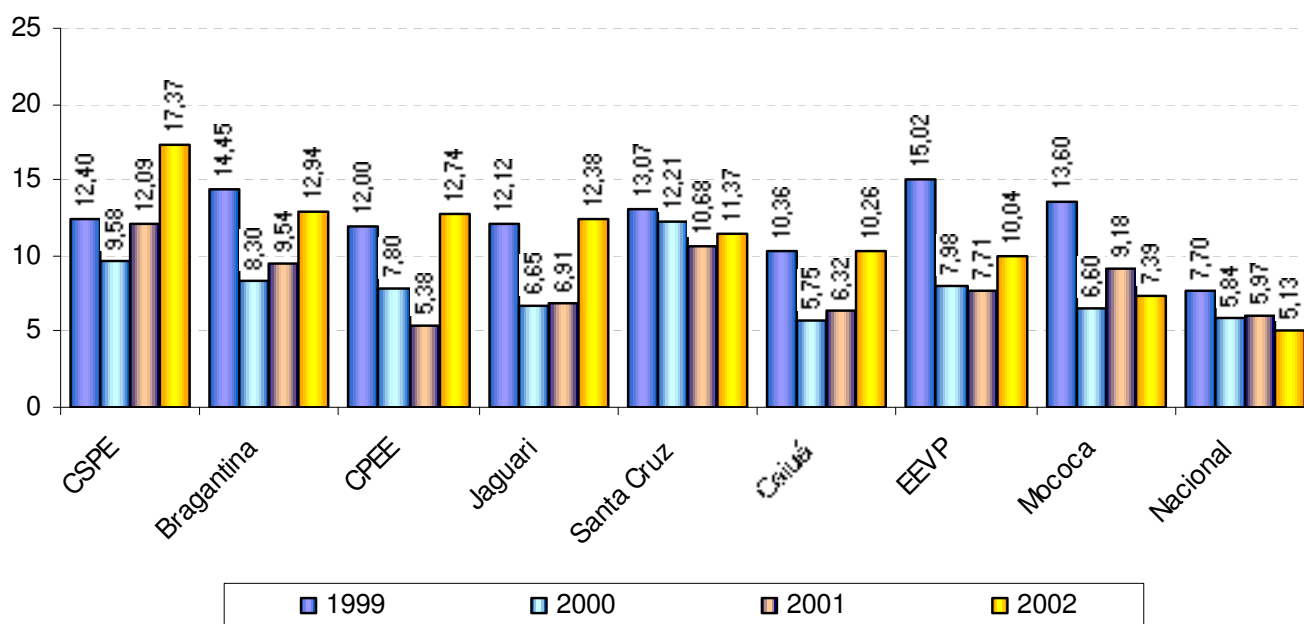


FIGURA 3
Concessionárias com mais de 1.000.000 de Consumidores
Frequência Equivalente de Interrupções por Unidade Consumidora - FEC
Expressa em número de interrupções e centésimos de número de interrupções por ano.
Interrupções maiores ou iguais a 1 (um) minuto.
Com influência do suprimento Externo

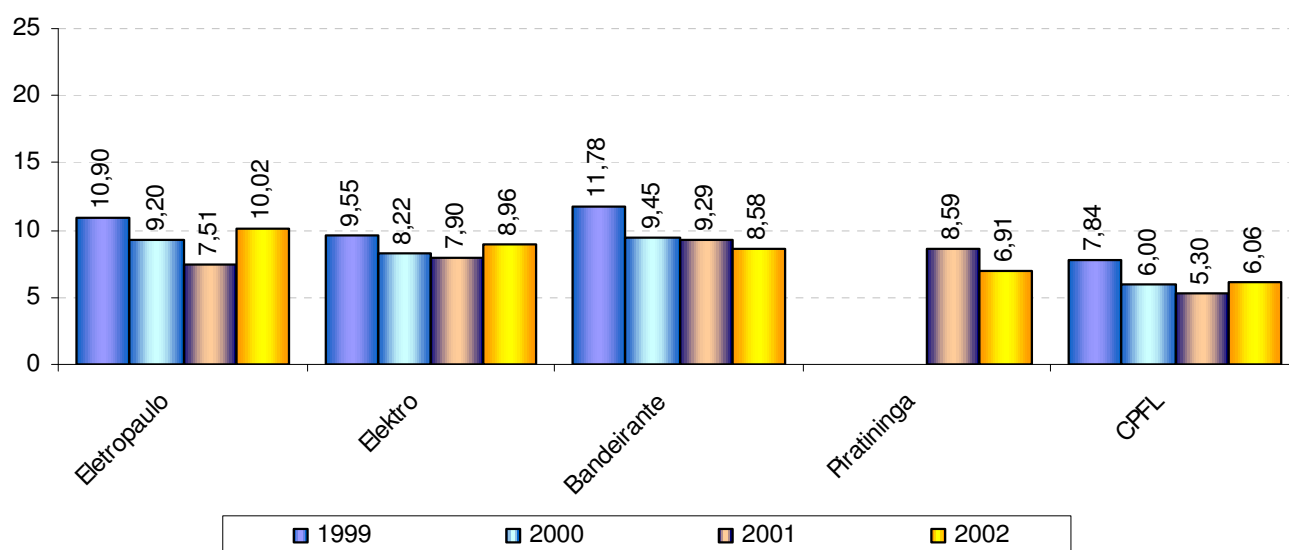
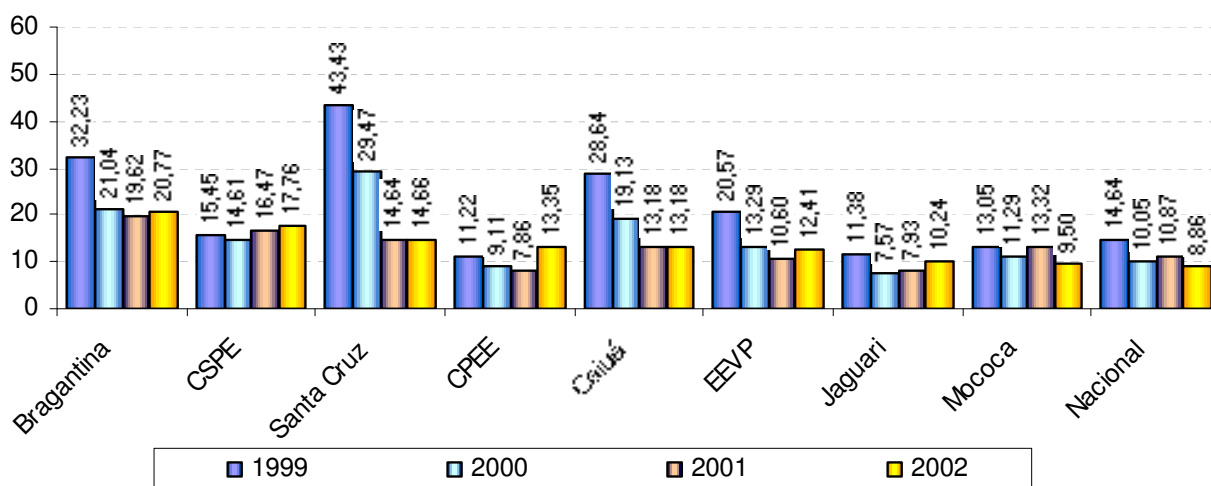
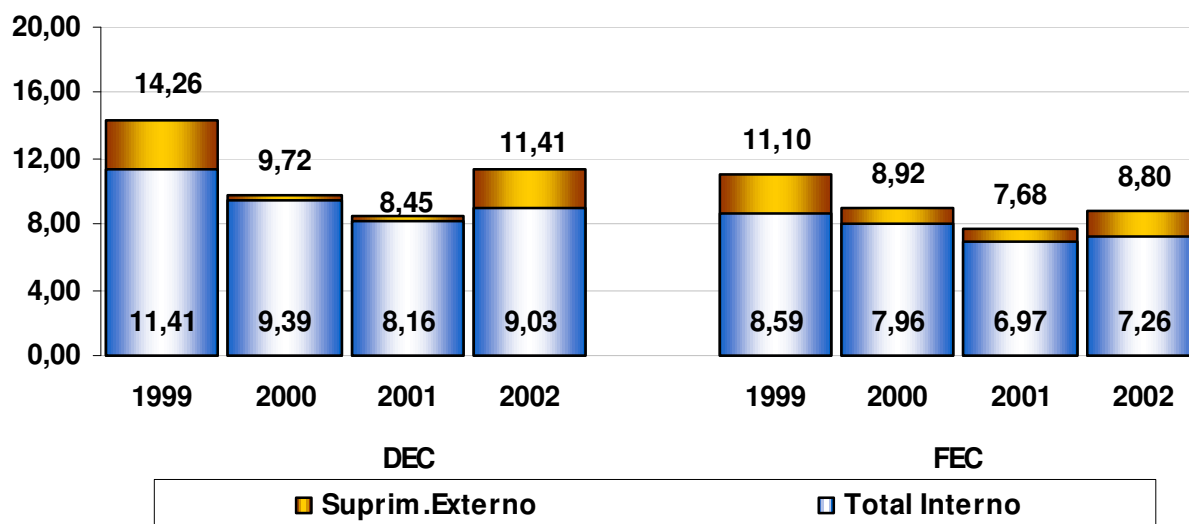


FIGURA 4
Concessionárias com menos de 1.000.000 de Consumidores
Frequência Equivalente de Interrupções por Unidade Consumidora - FEC
Expressa em número de interrupções e centésimos de número de interrupções por ano.
Interrupções maiores ou iguais a 1 (um) minuto.
Com influência do suprimento Externo



A evolução de DEC e FEC no Estado de São Paulo, demonstrada na figura 5, indica que os índices apurados como um todo, considera a influência para 2002 dos desligamentos provocados por supridoras externas às concessionárias.

FIGURA 5
Evolução de DEC e FEC no Estado de São Paulo



A evolução do Indicador TMA –Tempo Médio de Atendimento de Serviço de Emergência, é apresentado nas figuras 6 e 7, por concessionária.

Figura – 6
Concessionárias com mais de 1.000.000 de Consumidores
Tempo Médio de Atendimento - TMA
Valor Médio Expresso em Minutos

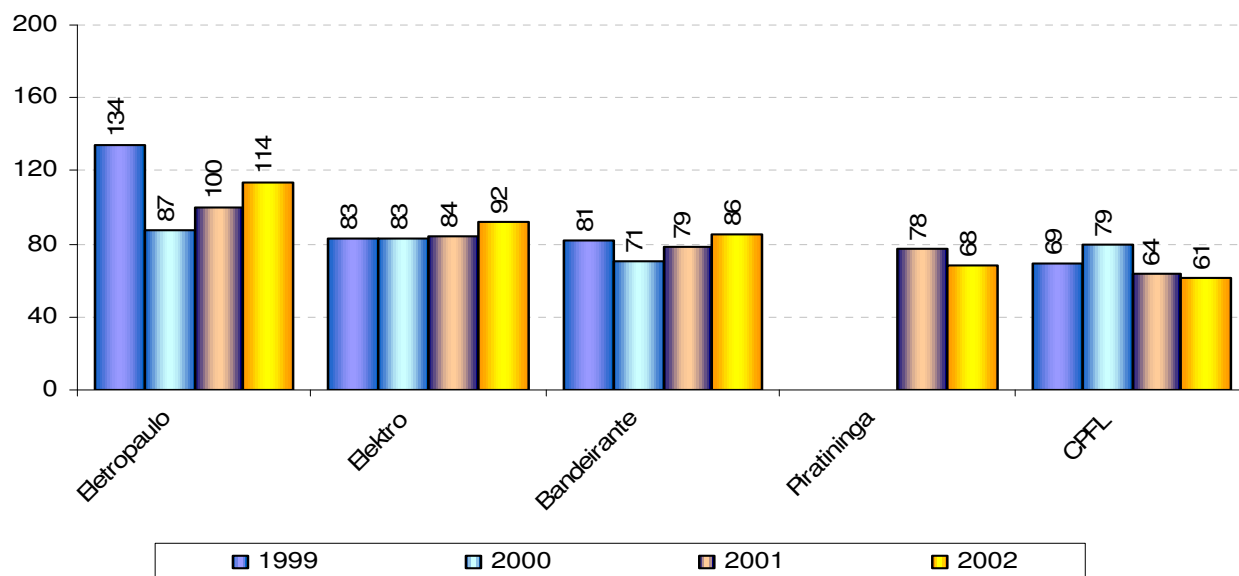
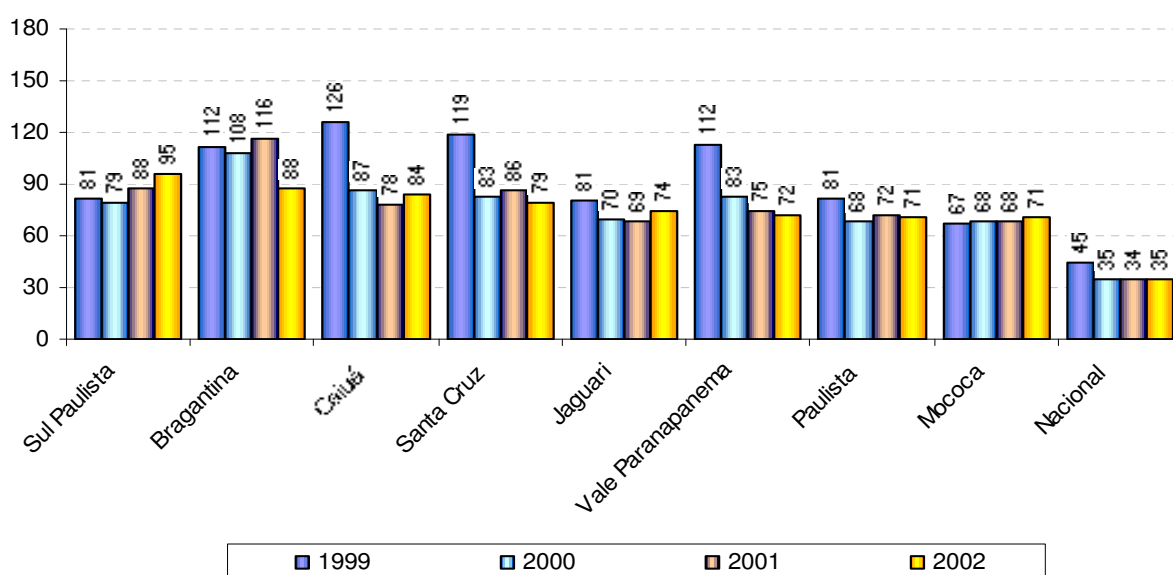


Figura – 7
Concessionárias com menos de 1.000.000 de Consumidores
Tempo Médio de Atendimento - TMA
Valor Médio Expresso em Minutos



O T90% - Tempo de Atendimento máximo das 90% de ocorrências dispostas em ordem crescente dos correspondentes tempos de atendimento. Esse indicador é apurado para as áreas urbana e rural. A Eletropaulo considera toda sua área como urbana, em decorrência da localização de sua área de concessão ser na região metropolitana.

Figura – 8
Concessionárias com mais de 1.000.000 de Consumidores
Tempo 90% de Atendimento
Expresso em minutos e centésimos de minutos
Agrupamento Urbano

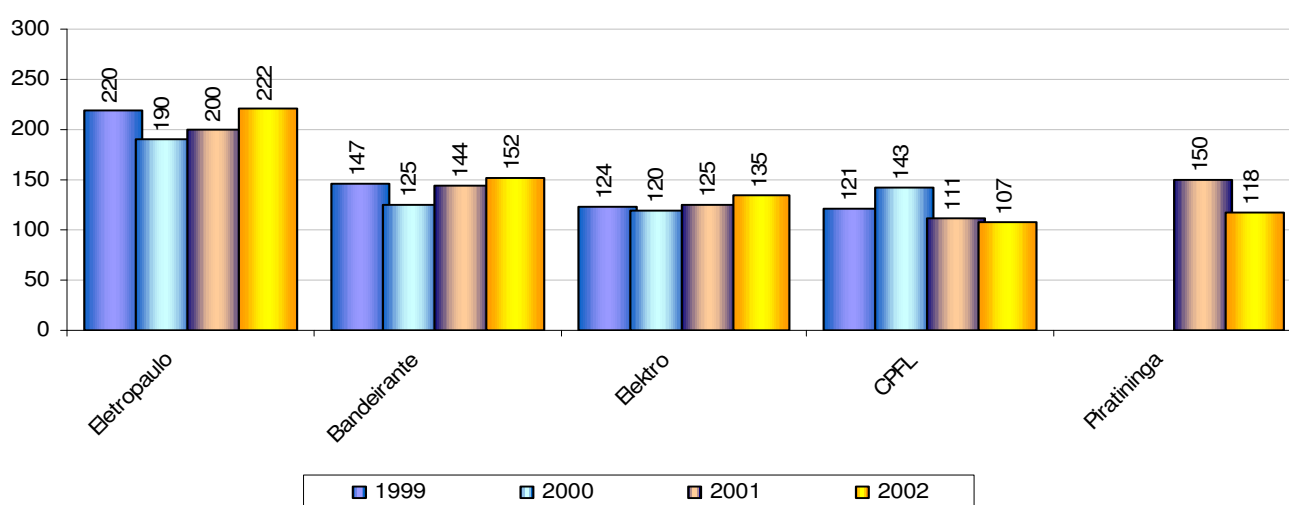


Figura – 9
Concessionárias com menos de 1.000.000 de Consumidores
Tempo 90% de Atendimento
Expresso em minutos e centésimos de minutos
Agrupamento Urbano

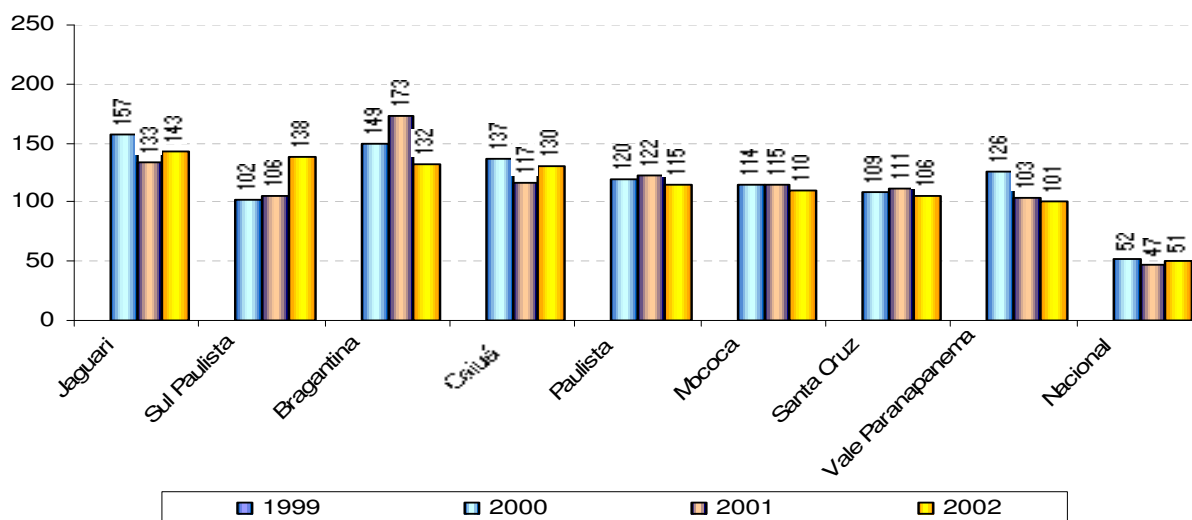


Figura – 10
Concessionárias com mais de 1.000.000 de Consumidores
Tempo 90% de Atendimento
Expresso em minutos e centésimos de minutos
Agrupamento Rural

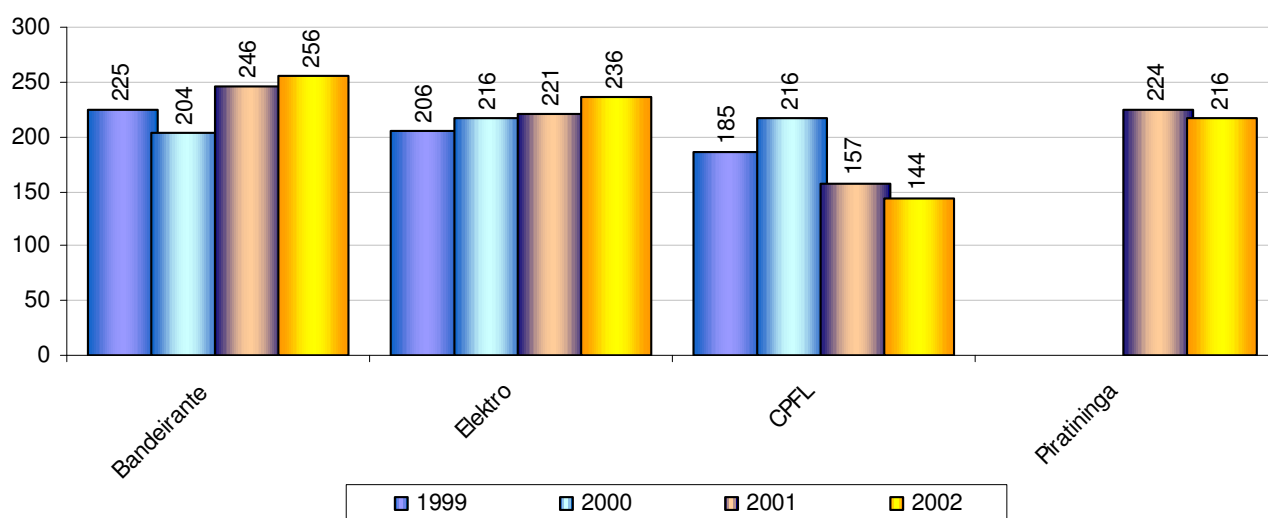
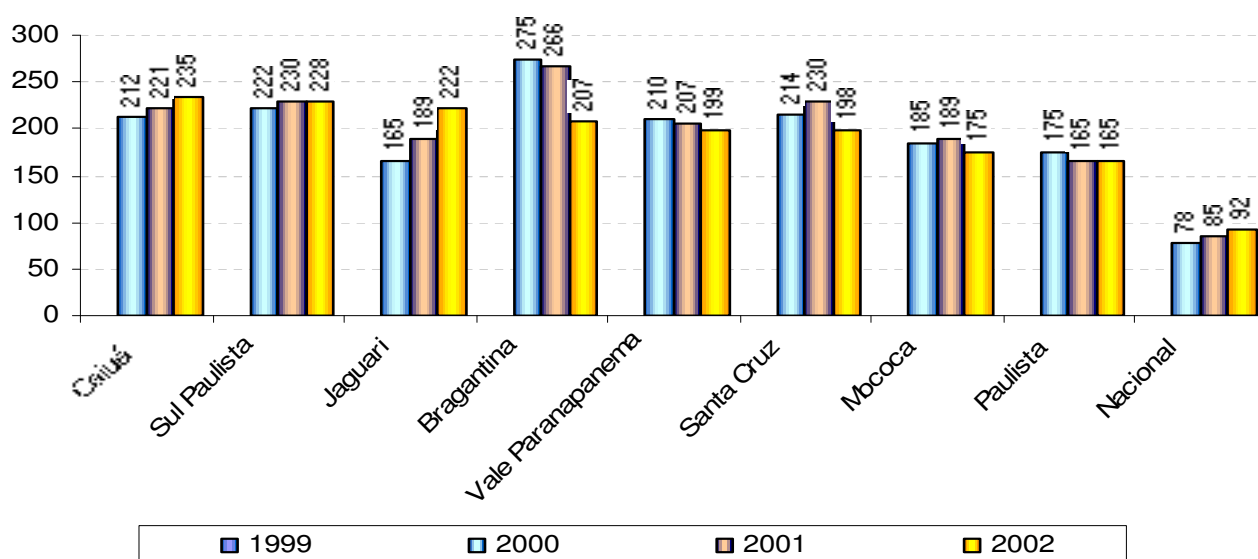


Figura – 11
Concessionárias com menos de 1.000.000 de Consumidores
Tempo 90% de Atendimento
Expresso em minutos e centésimos de minutos
Agrupamento Rural



Da análise dos indicadores apurados durante o ano de 2001, as concessionárias foram notificadas, conforme previstos na Resolução ANEEL n° 318 de 06/10/1998 e resultaram na emissão de 13 (treze) Termos de Notificações (TN's) referentes às transgressões aos padrões dos indicadores de qualidade.

Após a análise criteriosa de todas as justificativas apresentadas pelas Concessionárias, resultou em 11 (onze) Autos de Infração e 12 (quatorze) Termos de Ajustamento de Conduta.

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), trata-se de um instrumento jurídico com exigências do cumprimento de metas para melhoria da qualidade por parte da concessionária que transgrediu os padrões de qualidade e que apresenta justificativas atenuantes.

O Auto de Infração (AI), é o documento utilizado para a instauração do processo administrativo punitivo que resulta na aplicação de penalidade.

Para o ano de 2001, o total das penalidades aplicadas por transgressão aos padrões de qualidade, resultou num montante de R\$ 1.034.802,88.

Na questão do Atendimento Comercial, a CSPE monitora os prazos praticados pelas concessionárias no atendimento às solicitações dos consumidores, comparando aos padrões individuais, estabelecidos nos contratos de concessão e na Resolução ANEEL n° 456/2000. Para o acompanhamento, são analisados o total de eventos que significa a quantidade de solicitações recebidas pelas concessionárias, quantidade de ultrapassagem de 1 VUP (Valor Unitário para cada transgressão de Padrão), que significa que a concessionária não cumpriu ao padrão estabelecido e a ultrapassagem e 2 ou mais VUP's, que significa que o tempo que a concessionária demorou foi maior ou igual a duas vezes o padrão estabelecido.

A figura 12 apresenta o resultado no cumprimento do prazo para o atendimento a pedidos de ligação para fornecimento em baixa tensão. Na figura, observa-se que em 2002 foram solicitados 548.601 pedidos de ligação em baixa tensão, dos quais, 9.460 pedidos levaram mais de 2 (dois) dias e menos de 4 (quatro) dias para serem atendidos (padrão = 2 dias úteis) e 6.361 pedidos levaram 4 (quatro) ou mais dias para serem atendidos. Em comparação com o ano de 2001, as ultrapassagens sofreram significativa diminuição. Semelhante resultado é confirmado quando se verificam os índices de transgressão dos pedidos de religação (figura 13).

No total, são monitorados 12 padrões de atendimento comercial, incluindo 3 padrões referentes a atendimento em alta tensão.

FIGURA 12
PEDIDOS DE LIGAÇÃO EM BAIXA TENSÃO
TOTAL SÃO PAULO

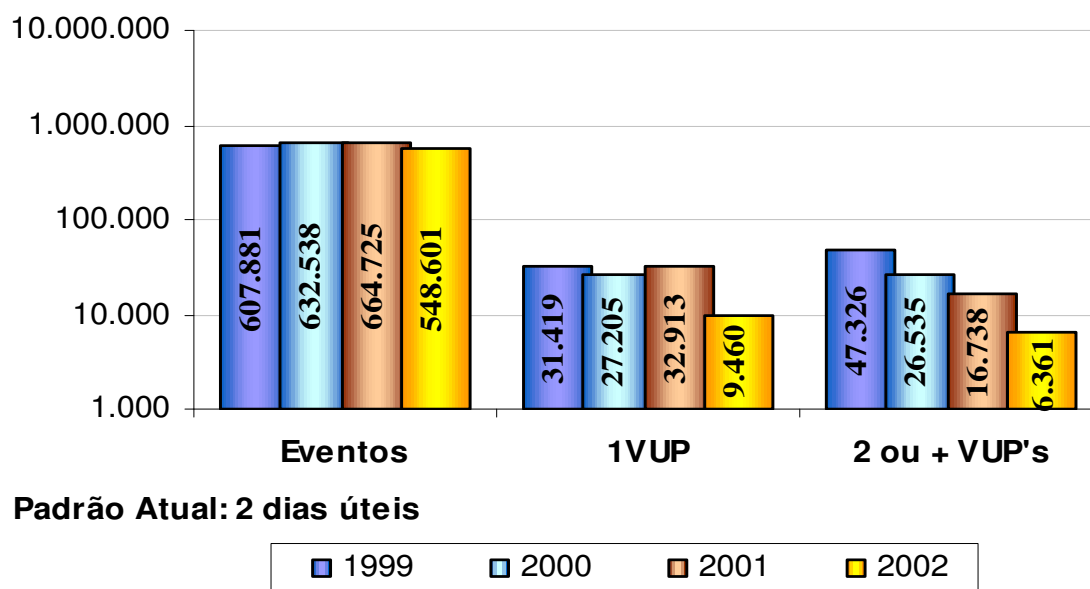
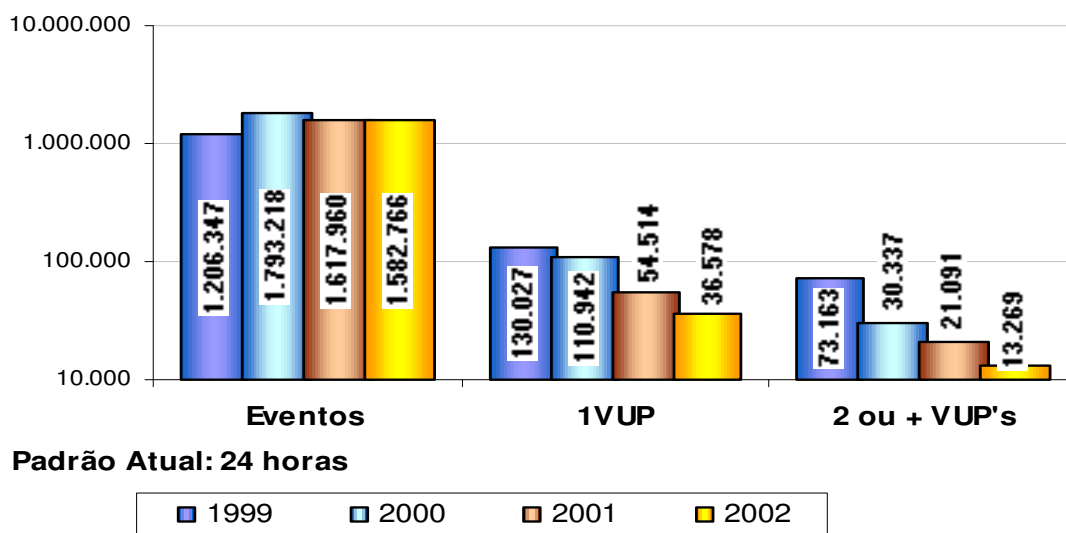


FIGURA 13
PEDIDOS DE RELIGAÇÃO
TOTAL SÃO PAULO



Além dos indicadores de qualidade e prazos no atendimento comercial, a CSPE acompanha também, outras obrigações estabelecidas nos contratos de concessão das concessionárias paulistas, dentre as quais destacam-se:

- ✓ Plano e resultados das inspeções e aferição de equipamentos de medição instalados nas unidades consumidoras;
- ✓ Resultados de pesquisa de satisfação efetuada com os consumidores;
- ✓ Relatórios de acidentes envolvendo empregados, contratados e terceiros;
- ✓ Relatório sobre programas/atendimentos sociais;
- ✓ Relatório sobre o mercado e faturamento;
- ✓ Relatório contendo a relação dos consumidores atendidos em alta tensão;
- ✓ Relatório contendo planejamento de obras e investimento em alta tensão.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

PROGRAMA ANUAL DE COMBATE AO DESPERDÍCIO DE ENERGIA ELÉTRICA – PACDEE

As empresas de distribuição de energia elétrica cumprem compromissos assumidos nos Contratos de Concessão devendo aplicar uma parcela da Receita Operacional Líquida – ROL em projetos de Eficiência Energética. A Lei nº 9991 de 24/07/2000 determinou a aplicação anual de, no mínimo, 0,5% do ROL até 2005. A partir de 2006 o montante mínimo cai para 0,25% do ROL.

A ANEEL regulamentou a aplicação dos recursos em eficiência energética para o ciclo 2001/2002 através da Resolução ANEEL nº 394 de 17/09/2001. De acordo com esta resolução, as concessionárias devem realizar uma Audiência Pública, tendo por objetivo a apresentação do referido Programa aos consumidores e à sociedade, antes do encaminhamento à ANEEL. A relação dos projetos enquadráveis, os critérios de aprovação, o detalhamento dos projetos e a forma de apresentação são descritos no Manual para Elaboração do Programa Anual de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica – PACDEE. Os programas submetidos à ANEEL são aprovados através de Despachos da Superintendência de Regulação da Comercialização da Eletricidade – SRC/ANEEL. Os tipos de projetos enquadráveis são: Comércio e Serviços, Diagnóstico Energético, Educação, Gestão Energética Municipal, Iluminação Pública, Industrial, Poderes Públicos, Residencial e Rural. A relação dos projetos aprovados pela ANEEL para o ciclo 2001/2002 consta na Figura 1, a seguir:

Empresa	Projeto	Investimento
Bandeirante	Redução de Demanda e Consumo em Instalações Industriais	987,533.00
	Redução de Demanda e Consumo em Instalações Comerciais e Serviços	423,229.00
	Eficientização em Concessionária de Serviço Público de Água e Esgoto	3,000,000.00
	Eficientização em Concessionária de Serviço Público de Telefonia	3,000,000.00
		7,410,762.00
CPFL	Eficiência Energética na Iluminação Pública	6,000,000.00
	Diagnósticos Energéticos Industriais	500,000.00
	Incentivo à Venda de Eletrodomésticos Eficientes	5,400,000.00
	Diagnósticos Energéticos em Prédios Públicos	150,000.00
	Programa Educativo de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica - CPFL/PROCEL	600,000.00
	Projeto-Piloto com Aquecedores Solares de Baixo Custo	366,000.00
	Gestão Energética Municipal - GEM	100,000.00
	Diagnósticos Energéticos em Hospitais	362,528.00
		13,478,528.00
Piratinga	Eficiência Energética em Iluminação Pública	3,000,000.00
	Eficiência Energética em Prédios Públicos	400,000.00
	Diagnósticos Energéticos Industriais	550,000.00
	Programa Educativo de Combate ao Desperdício de Energia e Preservação do Meio Ambiente	400,000.00
	Gestão Energética Municipal - GEM	50,000.00
	Diagnósticos Energéticos em Hospitais	200,000.00
	Incentivo à Venda de Eletrodomésticos Eficientes	1,365,000.00
		5,965,000.00
Elektro	Diagnóstico Energético em Instalações Comerciais	682,816.08
	Diagnóstico Energético em Instalações Industriais	1,400,000.00
	Eficiência em Projetos de Iluminação Pública	4,984,210.38
	Procel nas Escolas	209,000.00
		7,276,026.46
Eletropaulo	Eficientização em Projetos de Iluminação Pública	24,602,346.35
		24,602,346.35
CJE	Eficientização em Instalações Industriais	274,053.00
		274,053.00
CLFM	Eficientização de Sistema de Iluminação Pública	180,598.56
		180,598.56
CPEE	Eficientização Energética em Indústria Têxtil	211,900.00
		211,900.00
CSPE	Eficientização Energética em Indústria Têxtil	309,649.60
		309,649.60
Caiuá	Iluminação Pública	542,293.00
		542,293.00
CNEE	Eficiência em Projetos de Iluminação Pública	265,971.88
		265,971.88
EEB	Iluminação Pública	376,136.00
		376,136.00
EEVP	Eficiência em Projetos de Iluminação Pública na Cidade de Assis	425,745.50
		425,745.50
	Total	61,319,010.35

Figura 1. Programas aprovados pela ANEEL referentes ao PACDEE ciclo 2001/2002 (não incluída a Cia Força e Luz de Santa Cruz).

As principais atividades exercidas pela CSPE foram de acompanhamento, controle e fiscalização dos projetos que fazem parte do PACDEE das catorze (14) concessionárias distribuidoras de energia elétrica no Estado de São Paulo.

No ano de 2002, as fiscalizações abrangeram os Programas da Bandeirante, CPFL, Elektro e Eletropaulo do ciclo 1998/1999, totalizando 52 projetos e investimentos imputáveis da ordem de R\$ 75 milhões. Com relação aos programas do ciclo 1999/2000, as fiscalizações abrangeram 14 concessionárias, num total de 121 projetos e cerca de R\$ 89 milhões de investimentos imputáveis. Para o ciclo 2000/2001, foram fiscalizados 35 projetos com investimentos da ordem de R\$ 56 milhões, conforme ilustrado na Figura 2.

Nestes 3 primeiros ciclos (1998/1999, 1999/2000 e 2000/2001), praticamente concluídos, o montante de energia economizada dos projetos das concessionárias paulistas está na ordem de 900 GWh/ano e avalia-se um total de demanda retirada da ponta de 280 MW.

TERMOS DE NOTIFICAÇÃO REFERENTES À FISCALIZAÇÃO DO PACDEE EMITIDOS NO ANO DE 2002

No ano de 2002, como resultado das ações de fiscalização em eficiência energética, foram emitidos 19 Termos de Notificação, que originaram 222 não-conformidades e 224 determinações.

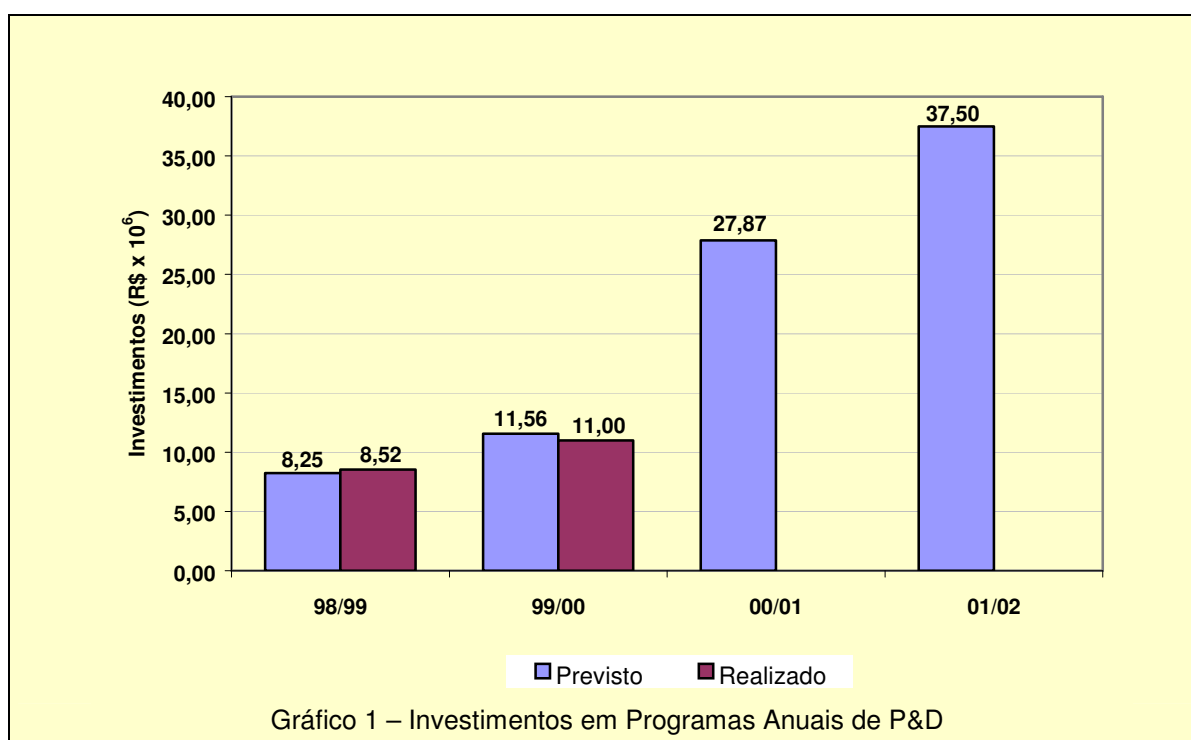
Empresa	1998/1999	1999/2000	2000/2001
Bandeirante	18,004	12,780	6,259
CPFL	15,214	18,605	12,445
Piratinunga	-	4,056	6,196
Elektro	7,733	11,241	6,407
Eletropaulo	34,065	38,361	22,855
CJE	-	26	14
CLFM	-	197	63
CPEE	-	253	93
CSPE	-	320	125
Sta Cruz	-	741	515
Caiuá	-	925	334
CNEE	-	356	240
EEB	-	483	334
EEVP	-	648	326
Total	75,016	88,992	56,206

Figura 2. Resumo dos investimentos imputáveis
(valores em R\$ x 1000)

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

As empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica têm compromissos de investimentos em P&D conforme requisitos dos Contratos de Concessão e da Lei N°9.991, de 20 de julho de 2000.

O Gráfico 1 apresenta os investimentos previstos e realizados pelas empresas do Estado de São Paulo nos programas de P&D:



PROGRAMAS ANUAIS DE P&D – CICLO 1999/2000

A CSPE finalizou no ano de 2002 os processos de acompanhamento e fiscalização dos Programas Anuais de P&D – Ciclo 1999/2000 das 14 empresas de distribuição e 2 de geração, os quais foram implementados de acordo com o disposto em cláusulas específicas em seus respectivos Contratos de Concessão, verificando o cumprimento das metas físicas e aplicação dos recursos. Os recursos não implementados devem ser aplicados nos ciclos seguintes. A seguir estão apresentados os investimentos previstos e realizados e o cronograma físico de execução.

Investimentos - Ciclo 1999/2000 (R\$)

Empresa	Previsto	Realizado	Diferença
Eletropaulo	4.066.025,00	3.842.192,96	-223.832,04
CPFL	2.173.439,00	1.963.491,46	-209.947,54
Elektro	1.062.468,00	1.047.856,64	-14.611,36
Bandeirante	2.155.271,40	1.907.733,52	5.703,96
Piratininga		253.241,84	
Bragantina	53.049,00	59.542,51	6.493,51
Caiuá	81.482,00	73.235,02	-8.246,98
CNEE	39.550,00	42.625,27	3.075,27
EEVP	65.390,00	66.221,10	831,10
CPEE	24.909,03	25.071,24	162,21
CSPE	33.107,21	33.112,05	4,84
CJE	29.039,57	29.036,35	-3,22
CLFM	17.780,19	17.777,56	-2,63
Santa Cruz	76.880,40	85.901,70	9.021,30
Geração Paranapanema	788.448,52	700.694,90	-87.753,62
Geração Tietê	896.842,00	856.129,60	-40.712,40
Total	11.563.681,32	11.003.863,72	-559.817,60

Cronograma Físico de Execução - Ciclo 1999/2000

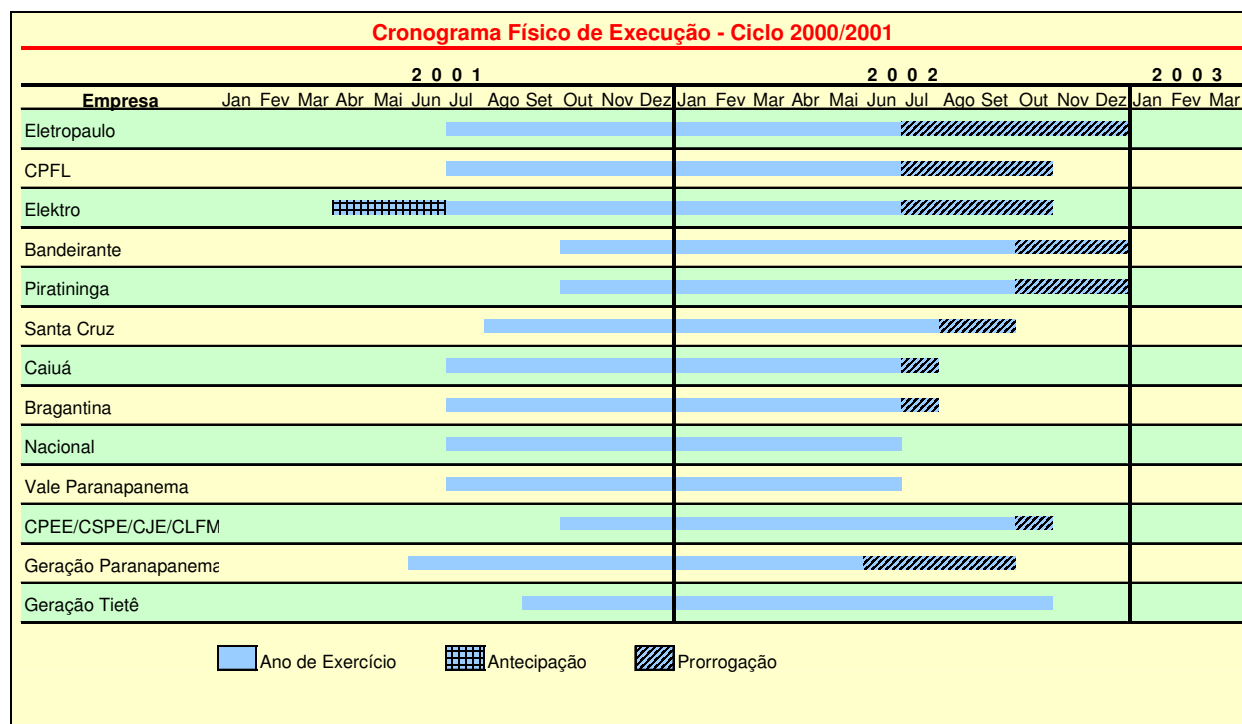
Empresa	2 0 0 0												2 0 0 1												2 0 0 2		
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar
Eletropaulo																											
CPFL																											
Elektro																											
Bandeirante																											
Piratininga																											
Santa Cruz																											
Caiuá																											
Bragantina																											
CNEE																											
EEVP																											
CPEE/CSPE/CJE/CLFM																											
Geração Paranapanema																											
Geração Tietê																											

 Ano de Exercício
  Antecipação
  Prorrogação

Em 2002 foram realizadas 37 fiscalizações resultando em Termos de Notificação contendo 42 Não Conformidades, 32 Determinações e 3 Recomendações, que vêm sendo cumpridas e regularizada.

PROGRAMAS ANUAIS DE P&D – CICLO 2000/2001

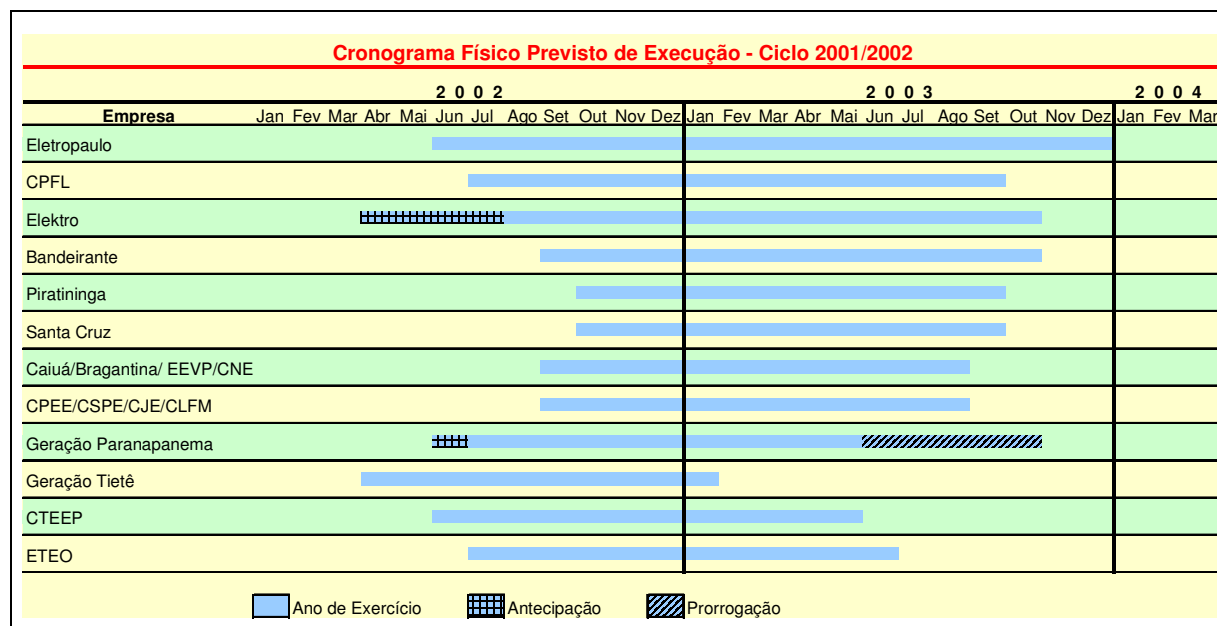
Todos os projetos que fizeram parte dos Programas do Ciclo 2000/2001 já foram encerrados e suas metas físicas alcançadas, como pode ser observado no cronograma físico de execução apresentado a seguir:



As verificações da aplicação dos recursos dos Programas serão objeto das fiscalizações da ano de 2003.

PROGRAMAS ANUAIS DE P&D – CICLO 2001/2002

Os Programas do Ciclo 2001/2002 foram apresentados por 18 empresas (14 distribuidoras, 2 geradoras e 2 transmissoras) e o cronograma previsto para execução está apresentado no quadro a seguir:



Foram realizadas 4 fiscalizações deste ciclo, que geraram 4 Termos de Notificação, 10 Não Conformidades e 6 Determinações.

AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE P&D

Os programas de P&D visam garantir um fluxo constante de recursos para capacitação e inovação tecnológica do setor elétrico brasileiro. Em geral, os programas de P&D, inclinam-se para questões de índole essencialmente técnica, negligenciando, no momento, os aspectos relativos à gestão corporativa. Os investimentos aplicados em P&D pelas empresas devem ter um retorno mínimo, procurando em última instância, beneficiar o consumidor final.

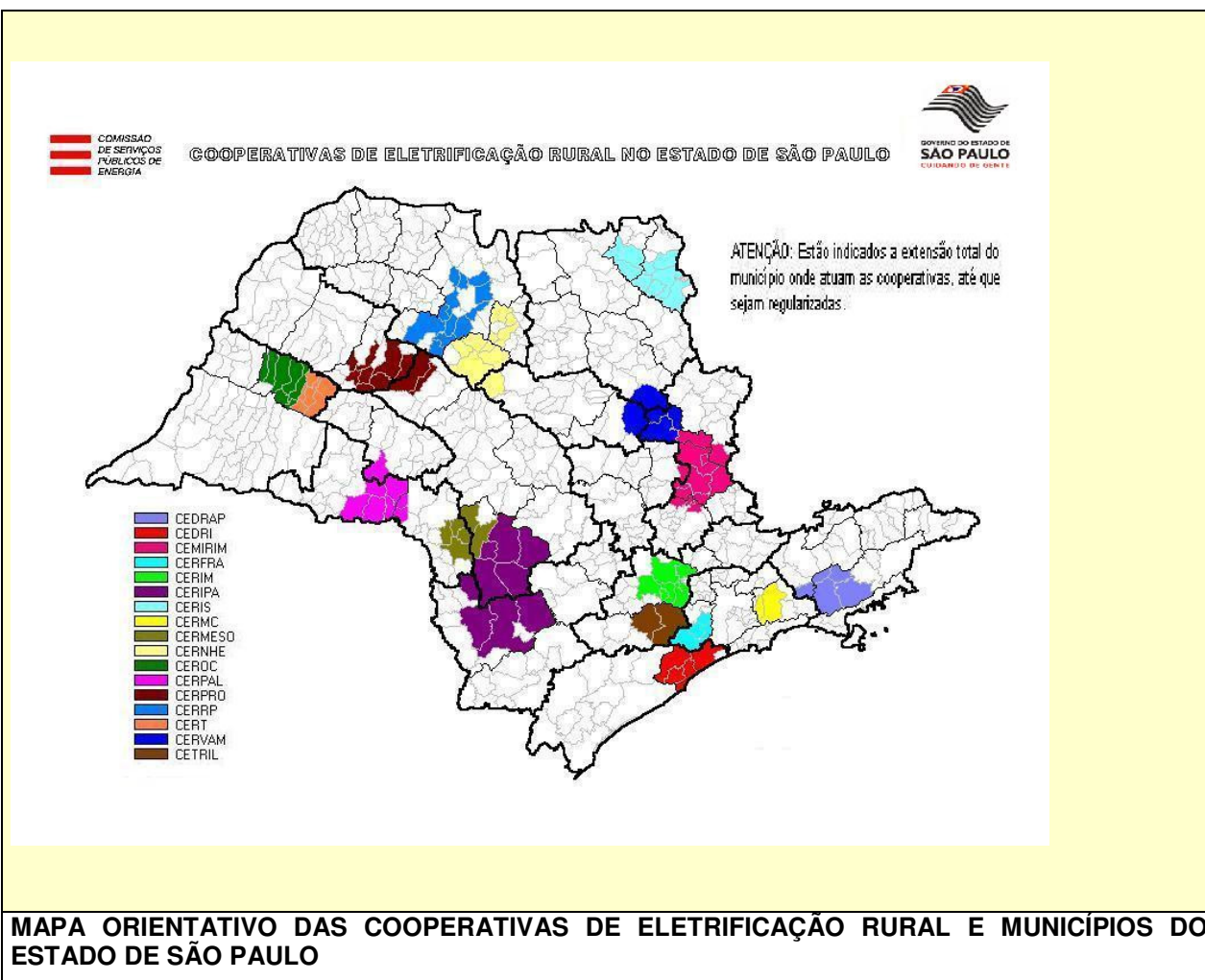
O papel dos órgãos reguladores e fiscalizadores é de fundamental importância para estes Programas de P&D no sentido de incentivar, através desta modalidade de investimentos, uma substancial economia e benefícios sociais para a sociedade, bem como alcançar com a criação de conhecimentos soluções que possam ser aplicadas em processos, produtos e serviços no setor elétrico brasileiro.

COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

APOIO À REGULARIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

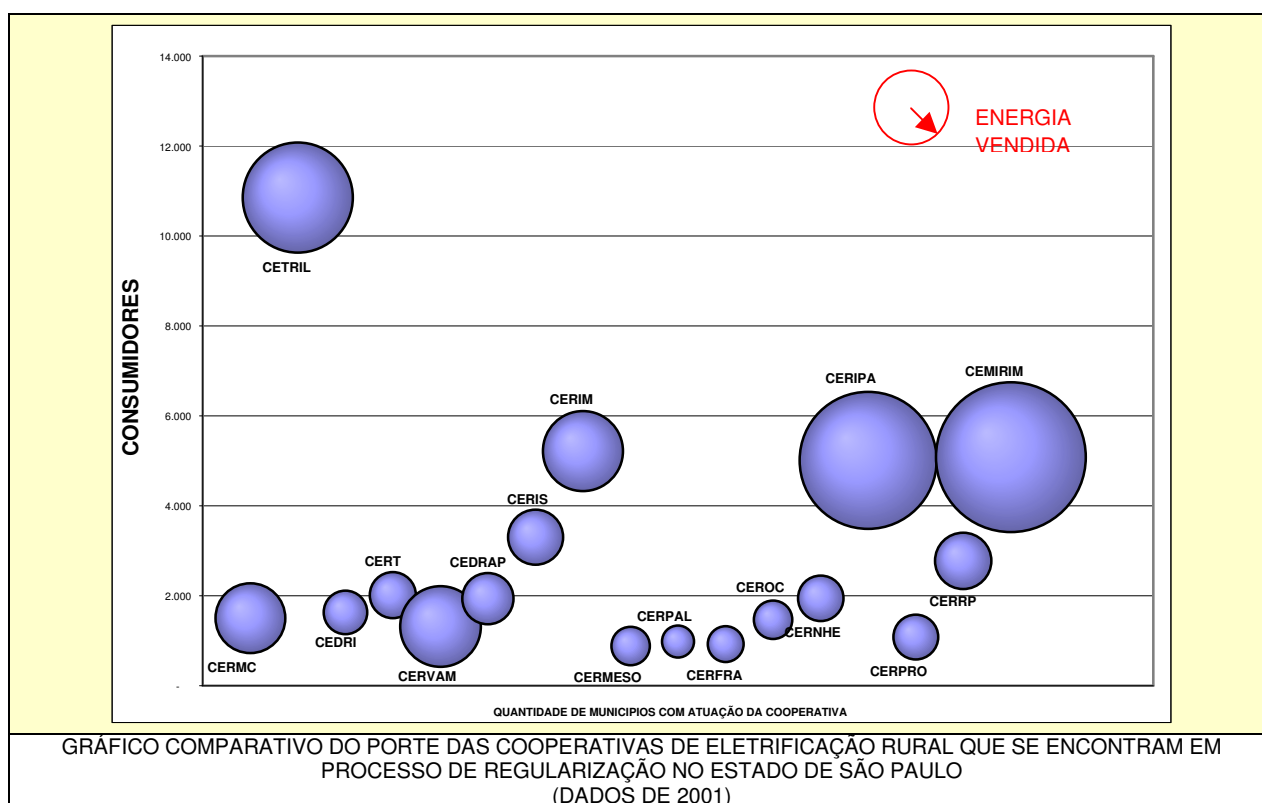
A CSPE tem atuado desde o final de 1999, junto com a Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da ANEEL, no âmbito do Convênio de Cooperação, no apoio ao processo de regularização das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo – CER.

A base legal para a regularização de cooperativas de eletrificação rural é a Resolução ANEEL N^o 12, publicada em 11 de janeiro de 2002, em substituição a Resolução N^o 333 da ANEEL, de 02 de dezembro de 1999, e que cumpre o disposto no art. 23 da Lei N^o 9.074, de 07 de julho de 1995.



Em São Paulo, as Cooperativas totalizam 17, atendendo cerca de 50 mil consumidores (cooperados), em 128 municípios:

- 1) CEMIRIM - Cooperativa de Eletrificação e Desenvolv. da Reg. de Mogi Mirim;
- 2) CEDRAP - Coop. de Eletrif. Desenv. Rural do Alto Paraíba Ltda;
- 3) CERPRO - Coop. de Eletrif. Rural da Região de Promissão;
- 4) CETRIL - Cooperativa de Eletrificação e Telefonia Rurais de Ibiúna Ltda;
- 5) CERFRA - Cooperativa de Eletrificação e Desenv. da Região de Franca;
- 6) CERIPA - Coop. de Eletrif. Rural de Itaí-Paranapanema-Avaré;
- 7) CERIS - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Itapeceira Serra;
- 8) CERPAL - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Palmital;
- 9) CEROC - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Osvaldo Cruz;
- 10) CERNHE - Cooperativa de Energ. Desenv. Rural de Novo Horizonte Ltda.;
- 11) CERMC - Coop. de Eletrificação Rural de Mogi das Cruzes;
- 12) CERRP - Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de S J Rio Preto;
- 13) CERIM - Coop. Agr. Mista e de Elet Rural Itu-Mairinque;
- 14) CERVAM – Coop. de Energiz. e de Desenvolvimento Rural do Vale do Mogi;
- 14) CERMESO - Cooperativa de Eletrificação Rural da Média Sorocabana;
- 16) CEDRI – Coop. de Energiz. e Desenvolvimento Rural do Vale do Itariri;
- 17) CERT - Cooperativa De Eletrificação Rural Da Região De Tupã



Através de diligências e estudos técnicos e de mercado atendido a CSPE, em 2002, certificou que das 17 (dezessete) cooperativas do Estado de São Paulo, 13 (treze) cooperativas preenchem os requisitos para serem enquadradas como Permissionária de Serviço Público de Distribuição de Energia e as outras 4 (quatro) se enquadram na modalidade Autorizada.

As atividades desenvolvidas durante o ano de 2002, referentes a regularização das cooperativas de eletrificação rural – CER, deram continuidade aos trabalhos desenvolvidos no ano de 2001. Destacando-se:

- * Mediação e orientação técnica;
- * Procedimentos e diligências à campo para o estabelecimento de poligonais (área de atuação das CERs);
- * Estudos de determinação de área de atuação (poligonais);
- * Emissão de Pareceres técnicos relativos ao enquadramento das cooperativas;

Através do quadro apresentado a seguir, pode-se verificar as realizações da CSPE referentes aos processos de demarcação de área de atuação das CERs em suas fronteiras com as concessionárias distribuidoras.

COOPERATIVA	ENQUADRAMENTO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	STATUS	ELEKTRO	CPFL	BANDEIRANTE PIRATININGA	ELETROPAULO	CFLSC	EEVP	CNEE	CAIUA	CJE
CERMESO	AUTORIZADA	ANEEL	CONCL.					AC				
CEROC		ANEEL	CONCL.						AC		AC	
CERPAL		ANEEL	CONCL.		AC				AC			
CERT		REVISÃO	RELATÓRIO		AC				AC		AC	
CERIM	PERMISSIONÁRIA	ANEEL	CONCL.	AC		AC						
CERIPA		ANEEL	CONCL.	AC	AC			AC				
CERMC		ANEEL	CONCL.			AC						
CEMIRIM		ANEEL	CONCL.	DEL	DEL							AC
CETRIL		ANEEL	CONCL.	DEL		AC						
CERVAM		REVISÃO	RELATÓRIO	DEL	DEL							
CERRP		REVISÃO	RELATÓRIO		DEL					DEL		
CERFRA		REVISÃO	RELATÓRIO		DEL							
CERIS		REVISÃO	MEDIAÇÃO				DEL					
CERPRO		REVISÃO	MEDIAÇÃO		DEL							
CEDRAP		DILIG.	MEDIAÇÃO	DEL		AC						
CERNHE		DILIG.	MEDIAÇÃO							DIL		
CEDRI		DILIG.	PROGR.	DIL								

ANEEL	Área Definida: P.A instruído e parecer CSPE encaminhado à ANEEL.
REVISÃO	Área Definida: em fase de conclusão dos trabalhos de instrução dos P.A e revisão dos pareceres técnicos.
DILIG.	Área por Definir: são necessárias diligências para delimitação de área em 2003
CONCL.	Procedimentos da CSPE concluídos
MEDIAÇÃO	Procedimentos de mediação, encaminhadas minutas de Termo de Acordo aos agentes
RELATÓRIO	Relatórios de Análise Técnica sendo readequados à Resolução ANEEL nº 12/02
PROGR.	Processos necessitam diligências a campo
AC	Acordo como Autorizada
AC	Acordo como Permissionária
DEL	Áreas definidas pela CSPE, com base na Resolução ANEEL nº 333/99 e convalidadas pela Resolução nº 12/02
DEL	Áreas definidas pela CSPE, com base na Resolução ANEEL nº 12/02
DIL	Diligências para delimitação de área programadas para 2003

Quadro Sinótico: Definição das Áreas de Atuação das Cooperativas em 2002

FATOS RELEVANTES OBTIDOS EM 2002

1. Houve investimentos realizados pelas Cooperativas no reforço de sua infraestrutura visando sua futura atuação como Agentes Regularizados, ou seja, melhoria da qualidade de prestação de Serviço Público, , entre eles destacamos, construção de Subestação de Alta-Tensão 138kV, investimentos em geração de energia, melhoria da manutenção de rede aumento e melhoria da frota de veículos da manutenção, melhoria de redes e aumento da capacidade de distribuição de Energia Elétrica aos consumidores;
2. Muitas cooperativas já iniciaram sua adequação as novas exigências que acompanham a regularização das Cooperativas, cabe destaque, a introdução de metodologia e sistemas para apuração de indicadores técnicos da qualidade do serviço – DEC / FEC, digitalização de informações e atualização de cadastro de consumidores, gerenciamento de redes por sistema de informação geográfico (GIS), utilização de sistema “call-center”, implantação de programas de qualidade e treinamento especializado de funcionários;
3. As cooperativas tem apresentado crescimento da quantidade de consumidores de forma gradual e estão atuantes em suas áreas atualmente atendidas, onde tem-se observado melhorias técnicas significativas;

Esclarecemos que após a Regularização as Cooperativas estarão sujeitas a obrigações semelhantes às das concessionárias, podendo sofrer atuação fiscalizatória e punitiva.

FISCALIZAÇÃO DE PCH'S E PCT'S

No campo das PCH's Pequenas Centrais Hidrelétricas e PCT's – Usinas Termelétricas de Pequeno Porte, , dando continuidade ao programa de fiscalização (cadastramento e levantamento de dados em campo), foram realizadas inspeções em 31 PCH's e de 60 PCT's.

Estas ações fiscalizatórias geraram no ano de 2002, 28 Termos de Notificação (TN).

PCH - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA

Durante o ano de 2002, das 31 PCH's fiscalizadas, algumas foram fiscalizadas pela primeira vez, enquanto outras representavam retorno de fiscalização para verificação do cumprimento das Determinações e Recomendações conforme TN's (termos de Notificação) emitidos após a visita de fiscalização anterior.

Estas fiscalizações resultaram em 240 recomendações, 60 não conformidades e 8 Termos de Notificação. Foram efetuadas também 6 fiscalizações pontuais em PCH's por solicitação da ANEEL em regime de urgência.

Após o término das fiscalizações foi atualizado o Cadastro de Pequenas Centrais Hidrelétricas do Estado de São Paulo.

PCT – USINA TERMELÉTRICA DE PEQUENO PORTE

Com relação a PCT's a CSPE, além de realizar a fiscalização em 60 PCT's que resultaram em 364 Recomendações, 123 Não Conformidades e 20 Termos de Notificações, a partir de 2001 passou a exercer as atividades de obtenção de registro e autorização para os processos de regularização junto à ANEEL, prestando um importante serviço aos empreendedores de PCT's que necessitem regularizar sua situação em termos de aumento de capacidade, novos empreendimentos, mudança de titularidade, qualificação como co-gerador, mudança de enquadramento de Autoprodutor para Produtor Independente ou vice-versa, e revogação ou modificação de atos já homologados.

Esta atividade de regularização exercida pela CSPE consiste nas seguintes etapas – Análise da documentação, parecer técnico, minuta de despacho ou resolução, e relatório técnico ao diretor da Aneel e minuta da carta ao Procurador Geral, encaminhando a minuta do despacho ou resolução para publicação no Diário Oficial da União. Até o final de 2002 deram entrada na CSPE 107 empreendedores solicitando a regularização de suas centrais térmicas.

Durante o ano de 2002 foram efetuadas 69 regularizações, tendo como resultado final 82% das PCT's do Estado de São Paulo regularizadas entre os anos de 2001 e 2002.

ACOMPANHAMENTO DE OBRAS DE GERAÇÃO E USINAS EMERGENCIAIS

No ano de 2002, por solicitação da ANEEL, priorizou-se a atividade de acompanhamento de obras de PCT's e PCH's em construção. Durante o ano de 2002 foram realizadas 65 visitas de acompanhamento de Obras entre Usinas em Construção e Emergenciais, divididas da seguinte forma:

- 12 visitas às 6 PCH's em Construção
- 49 visitas às 37 PCT's em Construção
- 11 visitas às 2 PCT's (PIE-RP e Cocal) do Programa Emergencial

APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO REMANESCENTE

No ano de 2002, a CSPÊ em conjunto com a Superintendência de Gestão dos Potenciais Hidráulicos da ANEEL desenvolveu os Estudos de Inventário Hidrelétrico do Rio Pardo (bacia do Paranapanema), trecho compreendido desde o canal de fuga da PCH Salto do Lobo (município de Itatinga) até a sua foz no rio Paranapanema e também do Rio Mogi Guaçu (bacia do Grande), trecho compreendido desde as suas nascentes, no Estado de Minas Gerais, até o reservatório da PCH Mogi-Guaçu, no Estado de São Paulo.

Os Estudos de Inventário do rio Mogi-Guaçu, abrangeram 130 Km de rio e resultou nos seguintes aproveitamentos:

Quadro 1 –Potencial do Rio Mogi-Guaçu

PCH	NA montante	NA jusante	Queda Bruta (m)	Potênci a KW
Tocos Jusante	1048,60	970,00	78,60	1.100
Segredo	958,15	885,00	73,15	1.500
Pedra Negra	879,00	888,20	10,80	250
Furnas (montante)	863,00	851,30	11,70	650
São Pedro	826,70	822,00	4,70	700
Rolador	807,50	787,30	20,20	3.300
Jacutinga (1)	787,30	775,65	11,65	1.900
Divisa	771,60	757,20	14,40	3.250
Eloy Chaves(2)	757,00	681,00	76,00	19.000
Nova Pinhal	678,70	666,90	11,80	2.750
Pinhal(2)	666,90	642,00	24,90	7.200
Eleutério (rio Mogi)	639,40	617,27	22,13	5.250
Eleutério (rio Eleutério)	634,00	618,90	15,10	1.500
Saltinho	615,00	602,91	12,09	4.500
Total				52.850

* Repotenciação de usina existente

* Usina existente. Potência instalada atual

Para o rio Pardo, o inventário em 220 Km de rio resultou em nove novos aproveitamentos, os quais totalizam 61.850 KW.

Quadro 2 – Potencial do Rio Pardo

PCH	NA montante	NA jusante	Queda Bruta (m)	Potência KW
Estrelinha	688,00	665,00	23,00	2.800
Águas do Bajara	642,00	627,00	15,00	2.100
Cochos	615,00	603,00	12,00	2.050
Água da Onça	603,00	575,00	28,00	5.100
São Francisco	575,00	551,00	24,00	7.000
Ponte Branca	551,00	532,00	19,00	7.400
Niágara	525,00	499,00	26,00	11.900
Figueira Branca	499,00	476,00	23,00	10.800
Santana	425,00	402,00	23,00	12.700
Total				61.850

ATIVIDADES DE APOIO À REGULAÇÃO

A CSPE, devido à experiência acumulada em função do controle e análise dos indicadores previstos nos Anexos de Qualidade dos Contratos de Concessão das Distribuidoras do Estado de São Paulo, tem participado de inúmeras atividades relacionadas com a questão de regulação, com destaque a estudos de conformidade dos níveis de tensão e cálculo de perdas técnicas.

GÁS CANALIZADO – ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

O Estado de São Paulo está dividido em três áreas de concessão para prestação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado, conforme seguem:

Área Sul: integrada pelas atuais regiões administrativas de Sorocaba e Registro, compreendendo 93 municípios. Concessionária: Gás Natural São Paulo Sul S/A, que deu início à distribuição de gás natural no dia 7 de fevereiro de 2002.

Área Leste: integrada pelas atuais regiões administrativas da Grande São Paulo, São José dos Campos, Santos e Campinas, compreendendo 177 municípios. Concessionária: Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS.

Área Noroeste: integrada pelas atuais regiões administrativas de Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos e Franca, compreendendo atualmente 375 municípios. Concessionária: Gás Brasileiro Distribuidora Ltda., ainda em fase de implementação de obras, portanto, não operacional no exercício de 2002.

Este relatório aborda as principais atividades realizadas, no ano de 2002, pela Comissão de Serviços Públicos de Energia, referentes ao controle, à regulação e à fiscalização dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo.

Além das atividades fins supracitadas, cabe salientar a existência de outras, tais como, mediações, atendimento de ouvidoria, informações a órgãos de governo (Federal, Estaduais e Municipais) e a entidades universitárias.

Para apresentar a síntese das atividades realizadas pela CSPE, este módulo está dividido em: regulação; fiscalização econômica, financeira e contábil; fiscalização da prestação dos serviços; e fiscalização de metas e de planos quinquenais de investimentos.

REGULAÇÃO

Em 2002 foram publicados 50 regulamentos, referentes aos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, conforme seguem:

Dispositivo	Quantidade	Objeto
Portarias	01	Condições de fornecimento de gás canalizado para o Segmento Interruptível
	05	Atualização dos níveis das tarifas tetos (COMGÁS, Gás Natural São Paulo Sul e Gás Brasileiro Distribuidora)
	01	Condições de cobrança de valores faturados a menor relativos à prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado
	03	Reajuste dos valores das Margens de Distribuição e repasse das variações dos preços do Gás e do Transporte às tarifas tetos (COMGÁS, Gás Natural São Paulo Sul e Gás Brasileiro Distribuidora)
	01	Fixação de níveis tarifários para a prestação dos Serviços de Distribuição de Gás Canalizado no Segmento Interruptível
	02	Atualização do nível da tarifa teto do Segmento GNV - COMGAS
	30	Homologação de contratos de fornecimento (COMGAS e Gás Brasileiro Distribuidora)
	03	Cálculo, cobrança e recolhimento da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Gás Canalizado (TFSGC)
Decretos	03	Declaração de utilidade pública de faixa de passagem de dutos de gás natural (decretos 46.888 e 46.928 - Gás Brasileiro Distribuidora, e decreto 47.459 - COMGAS)
Consultas Públicas	01	Contrato de Adesão relativo aos Serviços de Gás Canalizado

É também competência da CSPE, no âmbito do Estado de São Paulo, promover a indústria de gás, bem como a permanente divulgação e controle do cumprimento dos direitos e obrigações dos usuários e dos agentes dos serviços de distribuição de gás canalizado.

FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

A Fiscalização Econômica, Financeira e Contábil compreende a verificação do cumprimento da legislação societária e da específica do Setor de gás canalizado, em especial no que preceituam os Planos de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado. Também compreende a observância ao que determina a legislação de concessão de serviços públicos, os respectivos contratos de concessão e portarias da Comissão de Serviços Públicos de Energia sobre o gás canalizado.

Os objetivos da fiscalização Econômica, Financeira e Contábil são:

- verificar, com relação aos aspectos econômico-financeiros, o cumprimento da legislação e regulamentos de distribuição de gás canalizado, e do Contrato de Concessão;
- verificar a adequação dos procedimentos para registro contábil das operações e elaboração das demonstrações financeiras, em cumprimento ao que determina os respectivos planos de contas contábil;
- avaliar a gestão e o desempenho econômico-financeiro da concessionária;
- analisar assuntos de interesse da fiscalização, identificados durante o processo de monitoramento permanente da concessionária;
- verificar a implementação das determinações e recomendações objeto de ações de fiscalizações anteriores;
- acompanhar os preços de suprimento de gás adquirido pelas distribuidoras, analisar custos operacionais e realizar estudos para a efetivação de reajustes das tarifas e margens de distribuição de gás canalizado pelas concessionárias instaladas no Estado de São Paulo;
- realizar análise e acompanhamento dos contratos de fornecimento firmados pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado com seus usuários.

Para consecução das suas atividades, o Grupo Econômico e Financeiro mantém permanente monitoramento das informações contábeis das concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo, processando e analisando e os dados dos balancetes mensais padronizados, bem acompanhando as informações oficiais e demais notícias que são veiculadas na imprensa.

No ano de 2001 foi desenvolvido e consolidado o roteiro de fiscalização contábil, econômica e financeira em concessionárias de distribuição de gás canalizado.

No decorrer do ano, o Grupo Econômico e Financeiro elaborou os termos dos reajustes das tarifas tetos do gás canalizado distribuído pelas Concessionárias, Comgás, Gas Natural São Paulo Sul S.A. e Gás Brasileiro Distribuidora Ltda.

Foram iniciados trabalhos no desenvolvimento de documentos necessários ao processo licitatório, objetivando a contratação de serviços técnicos especializados de

consultoria, para em conjunto com a CSPE desenvolverem metodologias de Revisão e Reajuste das tarifas de gás canalizado.

Em setembro, mediante a Portaria CSPE – 144/01AS, foram definidos os padrões mínimos para apresentação de informações do Plano Quinquenal de Investimentos e Obras das Concessionárias.

Foram realizados ainda, trabalhos de análise de contratos de suprimentos de gás natural e de projetos de expansão de rede de distribuição de gás canalizado com a participação de terceiros.

QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

As atividades de fiscalizações da CSPE visam garantir a prestação adequada dos serviços de distribuição de gás canalizado neste Estado. Para isto, são realizadas fiscalizações rotineiras, segundo os prazos definidos no Contrato de Concessão, fiscalizações programadas ao longo do ano e, eventualmente, fiscalizações pontuais, estas com o objetivo de verificar ou esclarecer fatos específicos.

No bojo do controle e da regulação, a CSPE desenvolveu Projetos de Qualidade para cada uma das Concessionárias, conforme respectivos contratos de concessão. Os Projetos de Qualidade impõem fiscalizações, por intermédio dos indicadores de qualidade, as quais têm caráter permanente e rotineiro, portanto, as mais freqüentes. Os resultados destas fiscalizações serão apresentados detalhadamente no próximo tópico (Resultado das fiscalizações da qualidade dos serviços de distribuição de gás canalizado por meio de indicadores).

Além das citadas fiscalizações, foram analisados os contratos de fornecimento de gás com volumes iguais ou superiores a 500.000 m³/mês, celebrados entre as concessionárias e seus usuários, objetivando a homologação. Foram ainda analisados os contratos de suprimento de gás (aquisição de gás pela concessionária), visando buscar as melhores condições e a modicidade das tarifas dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado.

Foram realizadas fiscalizações, “in situ”, na COMGÁS, objetivando-se a verificação do real cumprimento das metas mínimas exigidas e o atendimento comercial nos termos do Contrato de Concessão e demais regulamentos da CSPE.

A fiscalização do atendimento comercial adequado, no período de 7 a 18 de outubro, foi realizada com base no Contrato de Concessão e, de modo especial, na Portaria CSPE nº 160/2001, que dispõe sobre as Condições Gerais de Fornecimento. Nesta fiscalização, entre outras providências, foram examinados documentos, como faturas de gás, ordens de serviços e contratos de fornecimento, foram realizadas visitas a instalações da concessionária, em especial à central telefônica e à loja de atendimento pessoal, além de terem sido analisados procedimentos adotados pela COMGÁS, no que diz respeito ao faturamento (do gás fornecido e de eventuais serviços prestados) e ao atendimento de usuários e interessados. Desta fiscalização resultou a constatação de não conformidades emissão do correspondente Termo de Notificação de Gás.

A COMGÁS, Gás Brasileiro Distribuidora Ltda. e Gás Natural São Paulo Sul S.A. foram fiscalizadas, também, no que concerne ao cumprimento das obrigações contidas nos Contratos de Concessão e regulamentos da CSPE, a saber: obrigações societárias, contábeis, relativas à relação contratual entre o controlador e empresas coligadas/filiadas, planos de investimentos e de metas, planos de operação e de manutenção, plano para atendimento de situações de emergência, acidentes, planos para desenvolvimento de mercado de gás canalizado, etc.

INDICADORES QUALIDADE

A qualidade dos serviços de distribuição de gás canalizado é verificada conforme o Anexo II, Projeto de Qualidade, dos Contratos de Concessão. O projeto de qualidade prevê o monitoramento da qualidade dos serviços por meio de indicadores. Periodicamente são encaminhados à CSPE relatórios com os valores apurados para os indicadores. Pelo disposto no Contrato de Concessão está previsto o envio de 74 relatórios de indicadores de qualidade por ano e por Concessionária. O número de relatórios, referentes a indicadores de qualidade, neste ano atingiu o total de 143.

Os indicadores de qualidade dos serviços de distribuição de gás canalizado estão classificados em:

✓ **Produto e Serviço:**

Deste grupo fazem parte os indicadores: Pressão, Poder Calorífico Superior (PCS), Características Físico-Químicas (CFQ) e Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG).

✓ **Segurança no Fornecimento:**

Deste grupo fazem parte os indicadores: Concentração de Odorante no Gás (COG), Índice de Vazamentos no Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ), Tempo de Atendimento de Emergência (TAE), Frequência Média de Atendimento de Emergência (FME).

✓ **Atendimento Comercial:**

Este grupo é subdividido em:

I - Indicadores Individuais:

- Prazo máximo para atendimento a pedido de ligação ;
- Prazo máximo para atendimento a pedido de religação, após encerramento do motivo causador da suspensão do fornecimento, inclusive inadimplência ;
- Prazo máximo para religação de Usuário, que tenha sofrido corte indevido no fornecimento de gás;
- Tempo máximo de interrupção do fornecimento de gás para realização de serviço de manutenção programada no sistema de distribuição ;
- Prazo máximo para devolução, ao Usuário, de valores referentes a erros de faturamento ;
- Prazo máximo para troca de medidores;
- Prazo máximo para execução de serviços de assistência técnica ; e
- Prazo máximo para verificação de Pressão ou PCS no ponto de entrega.

II - Indicadores Coletivos:

- AVISO - Antecedência mínima para comunicação de interrupção programada de fornecimento de gás;
- FONE - Número médio de chamadas telefônicas atendidas no 1º toque;
- TER - Tempo médio de execução de ramal;
- TMEO - Tempo médio de elaboração de estudos e orçamentos de serviços na rede de distribuição; e
- TMCE - Tempo médio de construção de extensões de rede, sendo TMCE-1 (extensões de até 300 m de comprimento) e TMCE-2 (extensões com comprimento de 301 a 1000 m).

INDICADORES QUALIDADE – RESULTADOS POR CONCESSIONÁRIAS

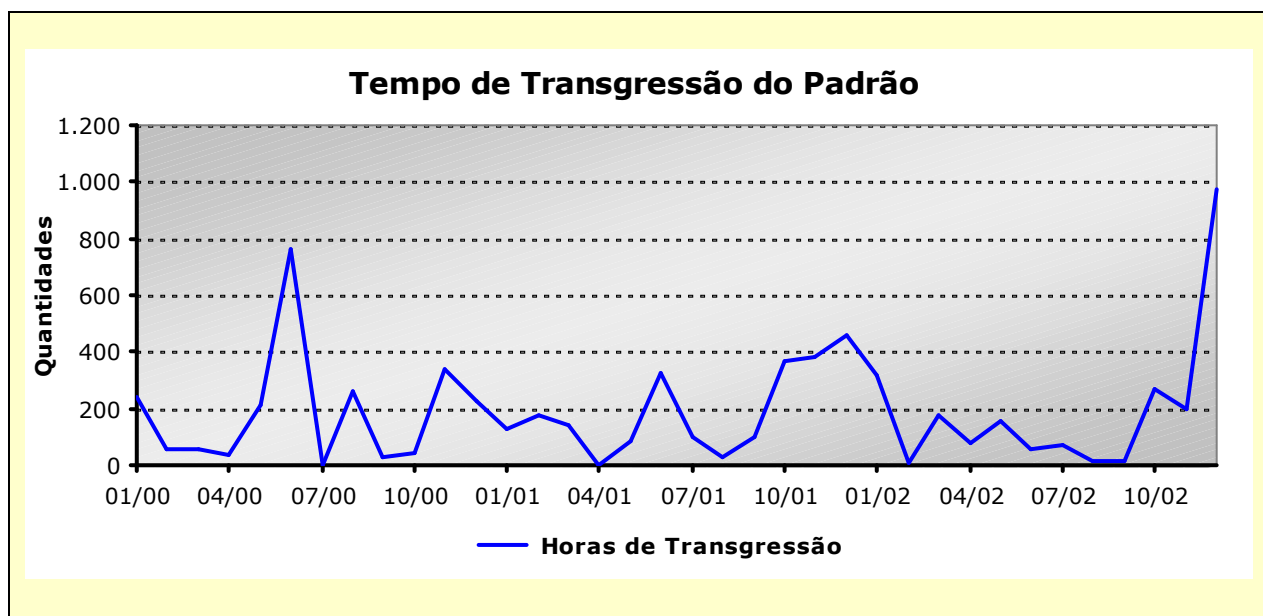
A seguir serão apresentados os resultados das fiscalizações/monitoramento dos indicadores de qualidade, por grupo de indicadores, do período de 2000 a 2002, para a COMGAS; e, de 2002, para a Gás Natural.

CONCESSIONÁRIA: COMGAS

Produto e Serviço:

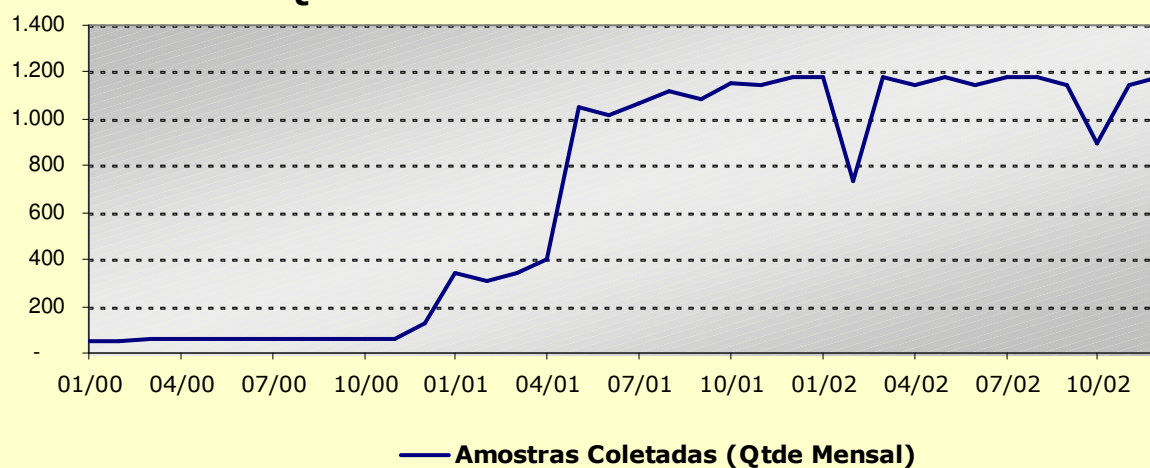
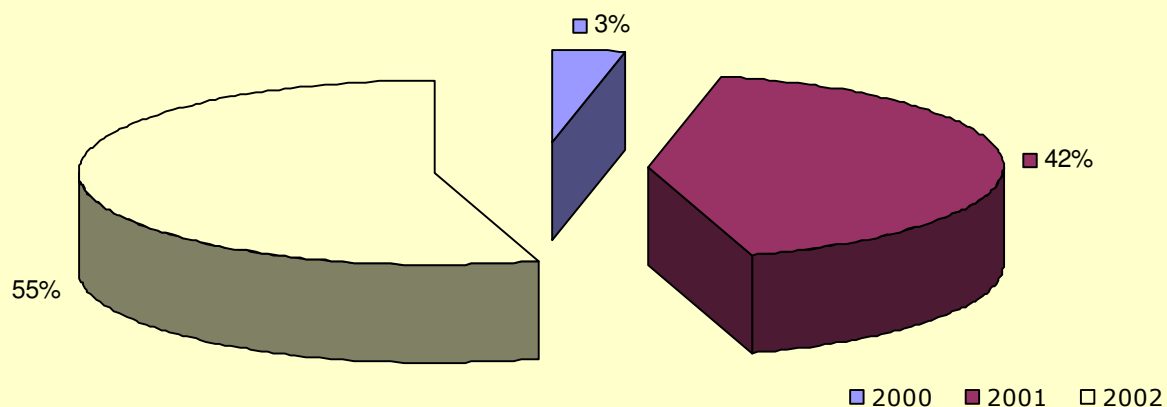
- Pressão:

TRANSGRESSÕES DO PADRÃO DO INDICADOR PRESSÃO						
	2000		2001		2002	
MÊS	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão	Estações com Transgressão	Horas de Transgressão
Janeiro	7	240	6	126	19	317
Fevereiro	3	55	6	173	1	9
Março	3	57	5	138	16	174
Abril	3	34	0	0	12	80
Maio	6	211	7	82	12	155
Junho	10	760	6	327	14	59
Julho	0	0	3	98	3	70
Agosto	6	263	2	26	7	15
Setembro	7	26	8	102	4	14
Outubro	2	43	18	367	12	267
Novembro	11	339	17	379	14	197
Dezembro	8	224	17	462	23	972
TOTAL	66	2.252	95	2.280	137	2.329



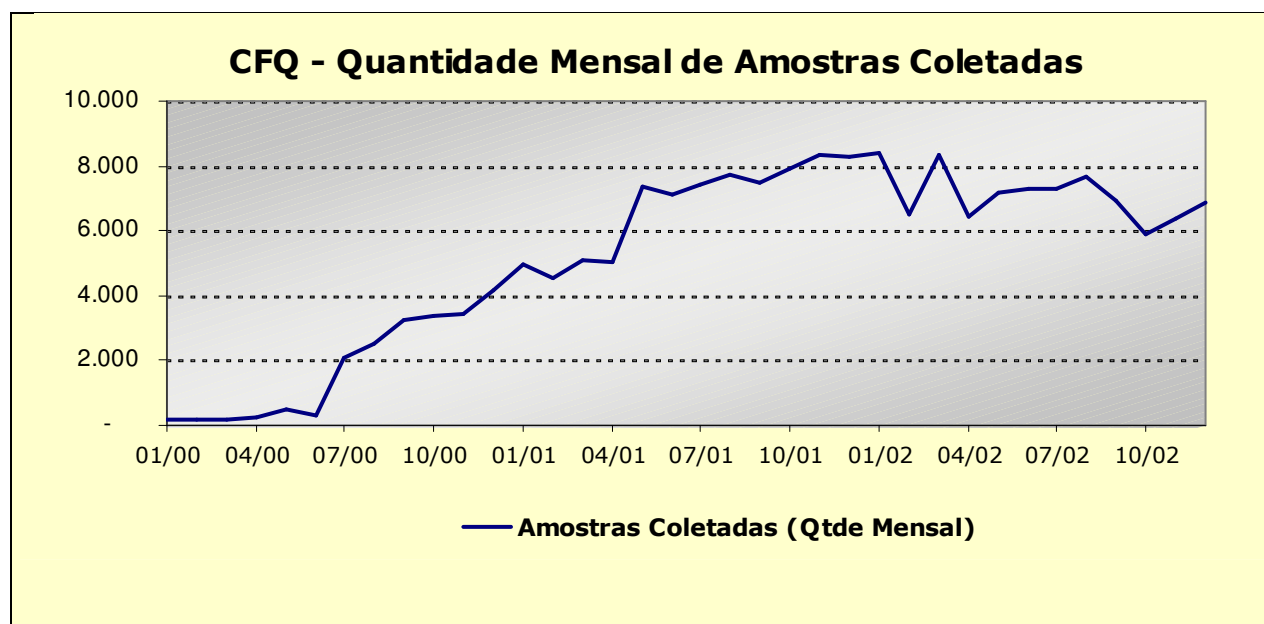
- **Poder Calorífico Superior:**

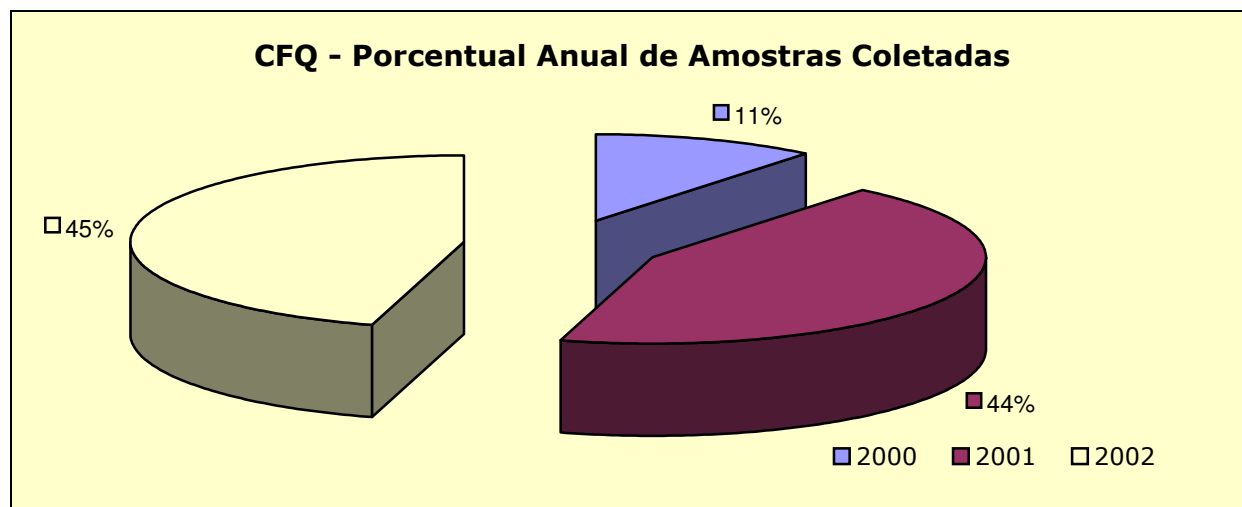
PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS)						
MÊS	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)			Amostras Coletadas (Porcentual)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Janeiro	55	338	1.178	7,04	3,31	8,88
Fevereiro	54	308	733	6,91	3,02	5,53
Março	60	341	1.178	7,68	3,34	8,88
Abril	60	399	1.140	7,68	3,91	8,60
Maio	62	1.054	1.179	7,94	10,33	8,89
Junho	60	1.020	1.140	7,68	10,00	8,60
Julho	62	1.068	1.178	7,94	10,47	8,88
Agosto	62	1.116	1.178	7,94	10,94	8,88
Setembro	60	1.085	1.140	7,68	10,63	8,60
Outubro	62	1.156	897	7,94	11,33	6,77
Novembro	60	1.140	1.140	7,68	11,17	8,60
Dezembro	124	1.178	1.178	15,88	11,55	8,88
TOTAL	781	10.203	13.259	100,00	100,00	100,00

PCS - Quantidade Mensal de Amostras Coletadas

PCS - Porcentual Anual de Amostras Coletadas


- **Características Físico Químicas:**

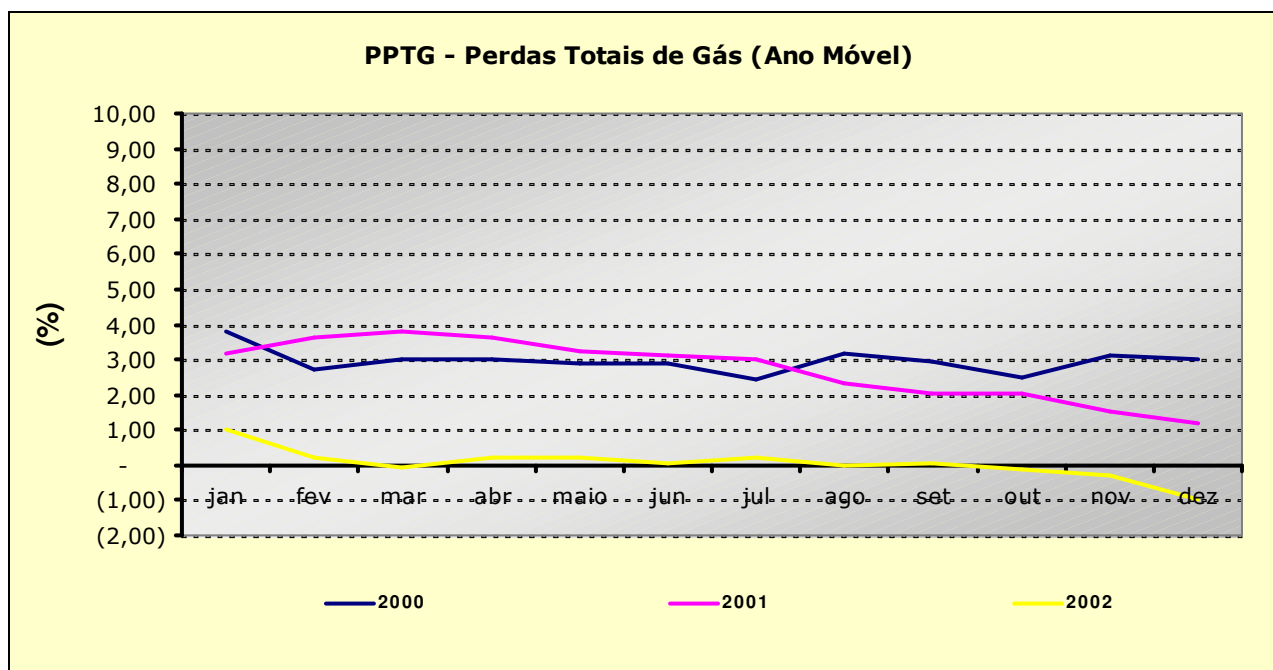
	Amostras Coletadas (Qtde Mensal)			Amostras Coletadas (Porcentual)		
MÊS	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Janeiro	208	4.968	8.407	1,02	6,11	9,87
Fevereiro	198	4.511	6.495	0,97	5,55	7,63
Março	201	5.111	8.319	0,98	6,28	9,77
Abril	226	5.035	6.445	1,11	6,19	7,57
Maio	505	7.372	7.198	2,47	9,06	8,45
Junho	283	7.126	7.284	1,38	8,76	8,55
Julho	2.074	7.447	7.305	10,15	9,16	8,58
Agosto	2.500	7.739	7.675	12,23	9,51	9,01
Setembro	3.249	7.504	6.910	15,89	9,23	8,11
Outubro	3.376	7.907	5.914	16,52	9,72	6,94
Novembro	3.426	8.330	6.366	16,76	10,24	7,48
Dezembro	4.196	8.293	6.841	20,53	10,20	8,03
TOTAL	20.442	81.343	85.159	100,00	100,00	100,00





- Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG):**

MÊS	Metros Cúbicos (M ³)			Porcentual (%)		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Janeiro	52.007.667	54.735.047	22.936.242	3,79	3,18	1,00
Fevereiro	37.847.261	63.672.772	4.948.691	2,73	3,61	0,21
Março	42.957.365	67.510.046	(1.469.720)	3,03	3,78	(0,06)
Abril	43.775.574	65.864.848	5.368.875	3,03	3,61	0,22
Maio	42.663.748	60.148.293	5.101.227	2,91	3,23	0,20
Junho	43.205.734	59.240.859	1.930.193	2,89	3,11	0,07
Julho	36.821.111	58.146.002	6.023.420	2,43	2,99	0,23
Agosto	48.780.462	46.583.132	345.259	3,16	2,34	0,01
Setembro	47.050.752	41.969.648	1.933.926	2,97	2,05	0,07
Outubro	40.608.737	42.797.693	(2.926.496)	2,52	2,04	(0,10)
Novembro	51.204.264	32.881.086	(8.013.606)	3,10	1,51	(0,28)
Dezembro	50.675.936	26.118.038	(28.498.749)	3,00	1,17	(0,98)



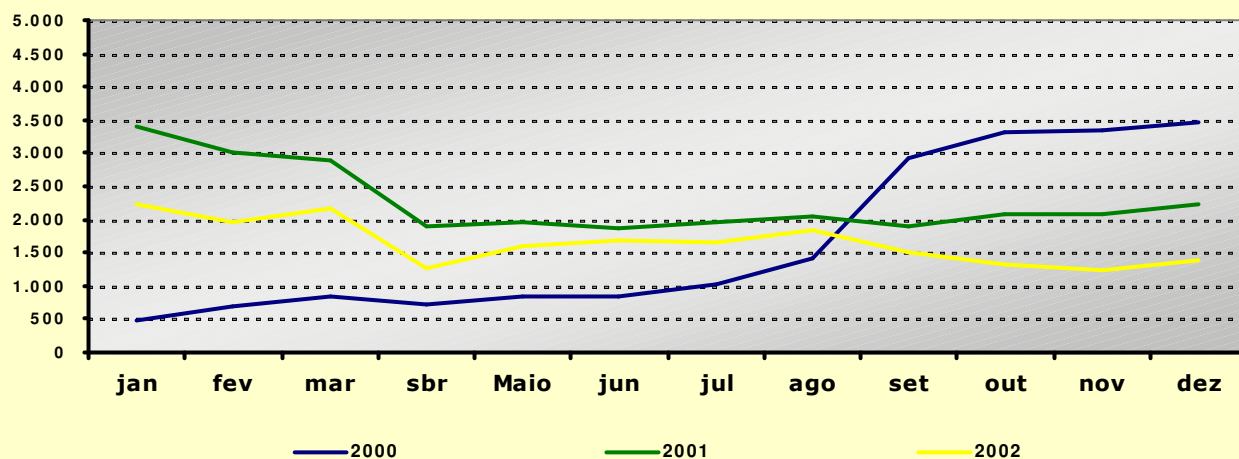
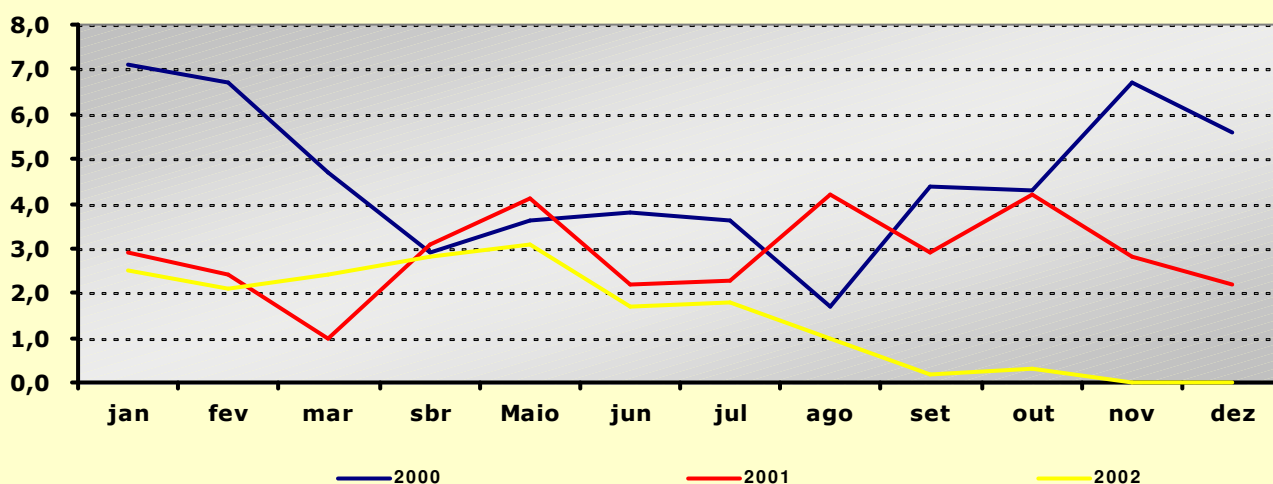
O PPTG negativo não é, desde logo, expressão de que houve maior volume de faturamento do que o de compra. Em princípio, a diferença a maior de volume de faturamento pode ser decorrente de descasamento entre o período de suprimento (compra) e o de fornecimento (venda), devendo, portanto, a diferença ser compensada em período subsequente.

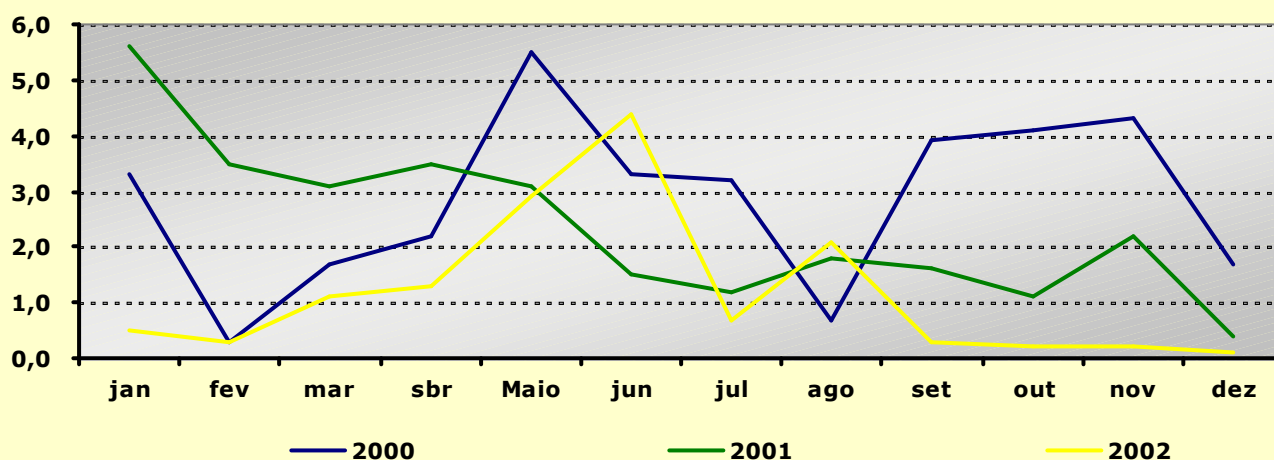
Segurança no Fornecimento:

- Porcentagem de Perdas Totais de Gás (PPTG):**

Mês	Nº Amostras Coletadas			Fora do Padrão Mínimo						Fora do Padrão Máximo					
				Quant < 15 mg/m³			Média %			Quant > 25 mg/m³			Média %		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Janeiro	480	3.409	2.225	34	100	56	7,1	2,9	2,5	16	190	12	3,3	5,6	0,5
Fevereiro	701	3.001	1.958	47	72	42	6,7	2,4	2,1	2	104	6	0,3	3,5	0,3
Março	836	2.879	2.183	39	29	52	4,7	1,0	2,4	14	88	23	1,7	3,1	1,1
Abril	725	1.887	1.276	21	58	36	2,9	3,1	2,8	16	66	17	2,2	3,5	1,3
Maio	842	1.961	1.588	30	81	49	3,6	4,1	3,1	46	61	46	5,5	3,1	2,9
Junho	844	1.866	1.699	32	41	29	3,8	2,2	1,7	28	28	75	3,3	1,5	4,4
Julho	1.020	1.946	1.643	37	45	30	3,6	2,3	1,8	33	23	11	3,2	1,2	0,7
Agosto	1.411	2.044	1.829	24	86	18	1,7	4,2	1,0	10	36	39	0,7	1,8	2,1
Setembro	2.914	1.909	1.509	128	55	3	4,4	2,9	0,2	114	31	5	3,9	1,6	0,3
Outubro	3.308	2.071	1.326	141	86	4	4,3	4,2	0,3	134	22	3	4,1	1,1	0,2
Novembro	3.346	2.072	1.240	224	58	0	6,7	2,8	0,0	145	45	3	4,3	2,2	0,2
Dezembro	3.477	2.223	1.398	196	48	0	5,6	2,2	0,0	59	10	2	1,7	0,4	0,1

Evolução do Nº de Amostras

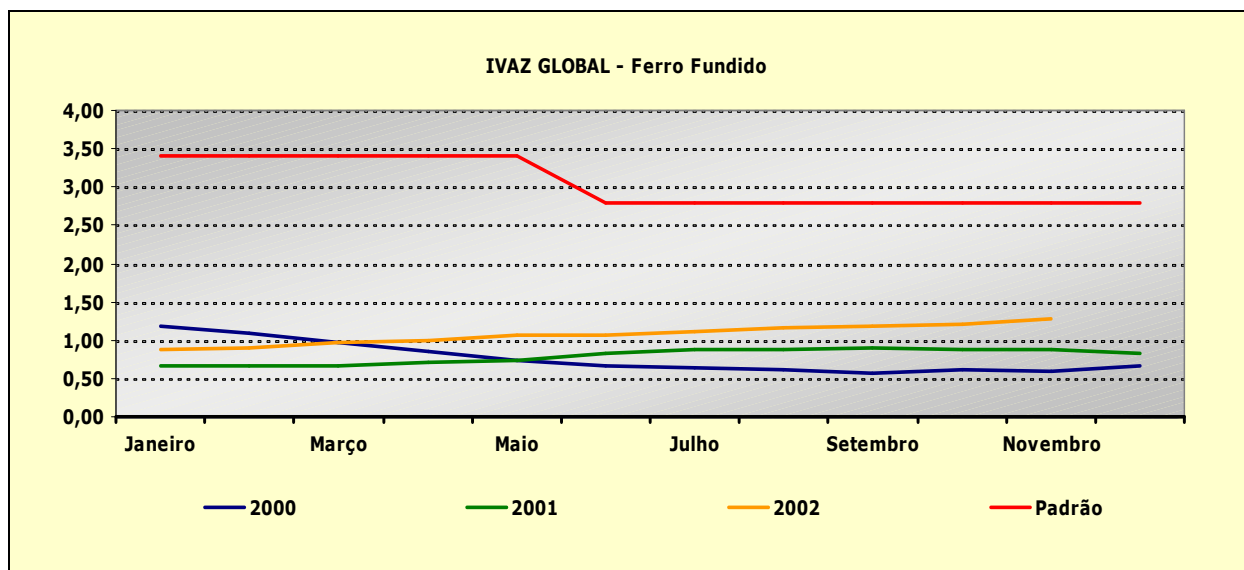
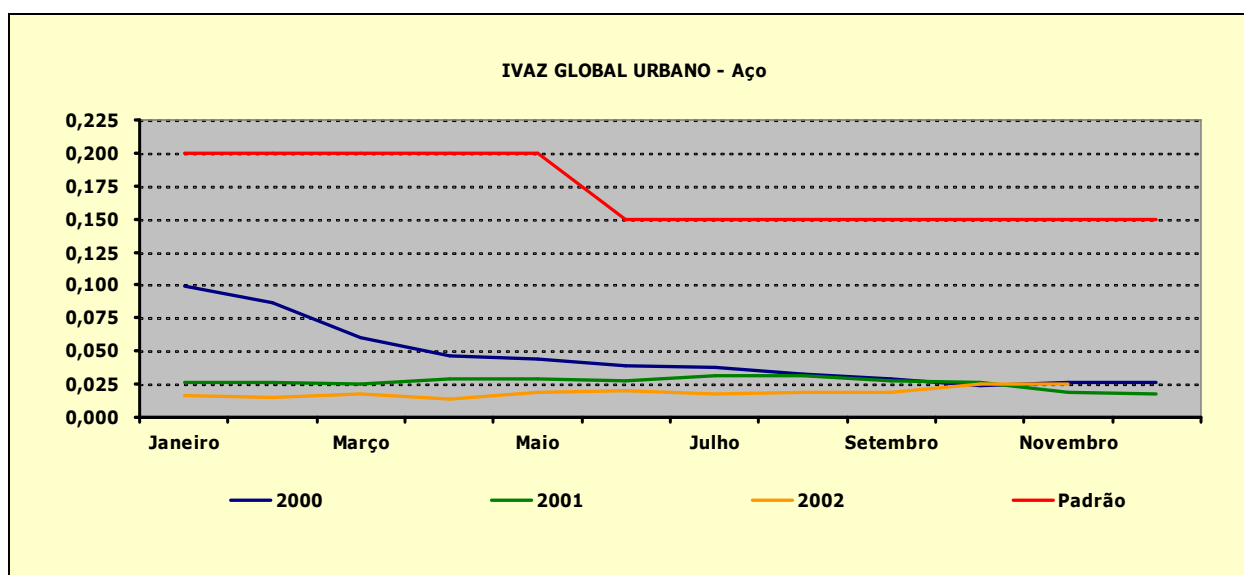
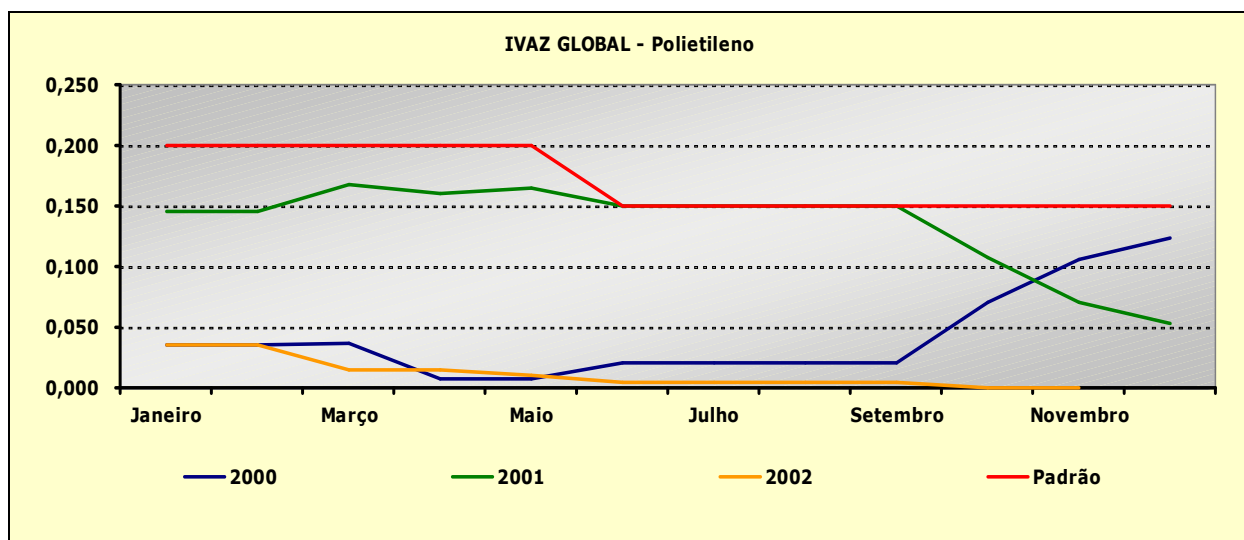
Evolução da Média Percentual : COG < 15 mg/m³

Evolução da Média Percentual : COG > 25 mg/m³

- Índice de Vazamentos nos Sistema de Distribuição de Gás (IVAZ):

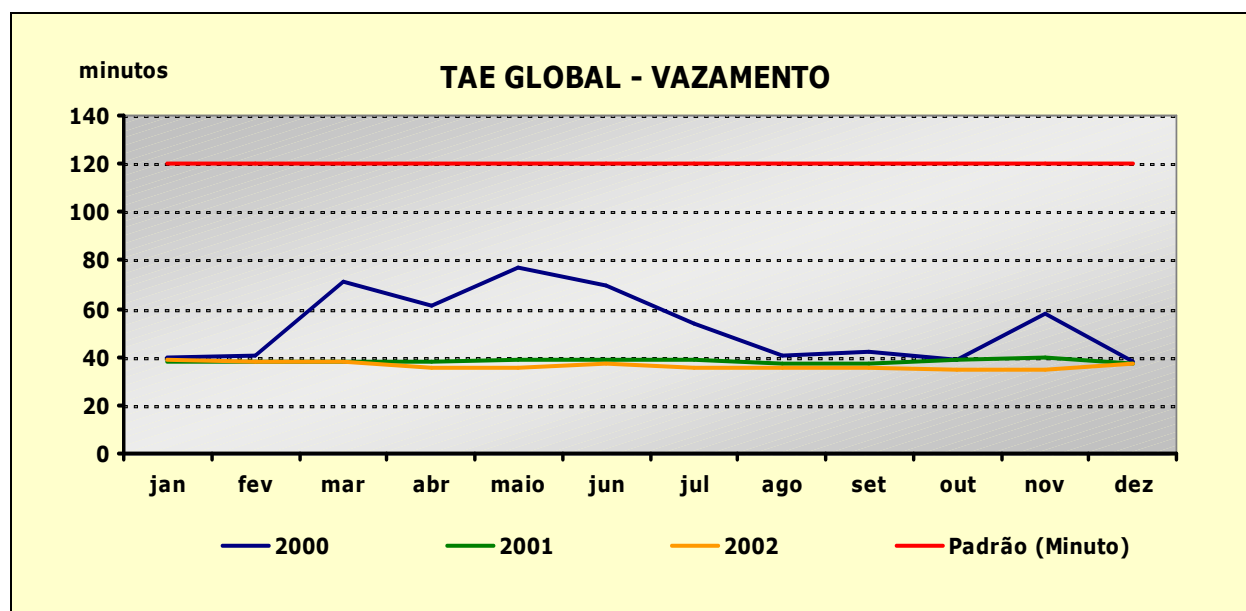
ÍNDICE DE VAZAMENTOS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS - IVAZ

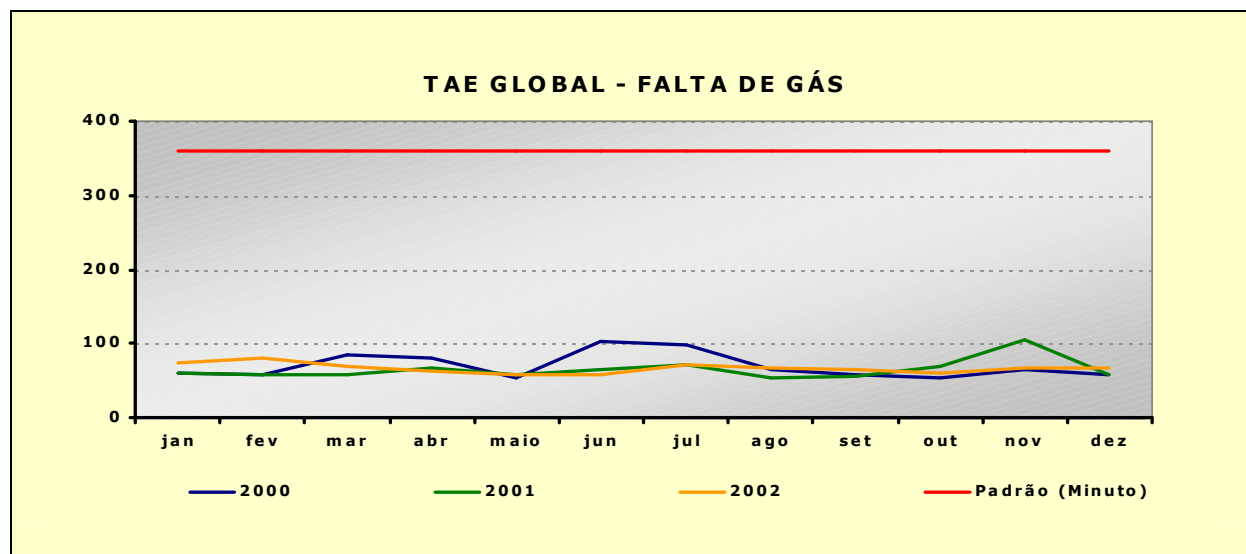
Mês	AÇO								POLIETILENO				FERRO FUNDIDO			
	Urbano			Padrão	Não Urbano			Padrão	Urbano			Padrão	Urbano			Padrão
	2000	2001	2002		2000	2001	2002		2000	2001	2002		2000	2001	2002	
Janeiro	0,099	0,026	0,016	0,20	0,000	0,026	0,030	0,15	0,036	0,146	0,036	0,20	1,173	0,651	0,868	3,40
Fevereiro	0,087	0,026	0,015	0,20	0,000	0,052	0,015	0,15	0,036	0,146	0,036	0,20	1,096	0,665	0,894	3,40
Março	0,060	0,025	0,018	0,20	0,000	0,052	0,015	0,15	0,037	0,167	0,015	0,20	0,962	0,661	0,977	3,40
Abril	0,047	0,029	0,014	0,20	0,000	0,052	0,015	0,15	0,007	0,160	0,015	0,20	0,847	0,701	0,996	3,40
Maio	0,044	0,029	0,019	0,20	0,000	0,052	0,015	0,15	0,007	0,165	0,010	0,20	0,732	0,741	1,068	3,40
Junho	0,039	0,028	0,020	0,15	0,000	0,052	0,015	0,15	0,021	0,150	0,005	0,15	0,661	0,826	1,063	2,80
Julho	0,038	0,032	0,018	0,15	0,000	0,052	0,015	0,15	0,021	0,150	0,005	0,15	0,642	0,866	1,107	2,80
Agosto	0,033	0,031	0,019	0,15	0,000	0,052	0,019	0,15	0,021	0,150	0,005	0,15	0,610	0,883	1,154	2,80
Setembro	0,029	0,028	0,019	0,15	0,000	0,052	0,019	0,15	0,021	0,150	0,005	0,15	0,576	0,894	1,185	2,80
Outubro	0,024	0,026	0,025	0,15	0,000	0,052	0,019	0,15	0,070	0,107	0,000	0,15	0,604	0,876	1,210	2,80
Novembro	0,027	0,019	0,025	0,15	0,000	0,052	0,023	0,15	0,106	0,071	0,000	0,15	0,603	0,866	1,272	2,80
Dezembro	0,027	0,018	0,029	0,15	0,013	0,039	0,023	0,15	0,124	0,053	0,000	0,15	0,665	0,825	1,317	2,80



- Tempo de Atendimento de Emergência (TAE):

Sistema de Distribuição Evolução do Tempo de Atendimento de Emergência (TAE) Global no Mês								
MÊS	VAZAMENTO			Padrão (Minuto)	FALTA DE GÁS			Padrão (Minuto)
	2000	2001	2002		2000	2001	2002	
jan	40	38	39	120	61	61	74	360
fev	41	38	38	120	59	59	80	360
mar	71	38	38	120	85	59	70	360
abr	61	38	36	120	80	67	62	360
maio	77	39	36	120	54	58	58	360
jun	70	39	37	120	102	65	59	360
jul	54	39	36	120	99	72	72	360
ago	41	37	36	120	65	54	67	360
set	42	37	36	120	59	55	64	360
out	39	39	35	120	53	70	60	360
nov	58	40	35	120	65	104	66	360
dez	38	37	37	120	58	59	66	360

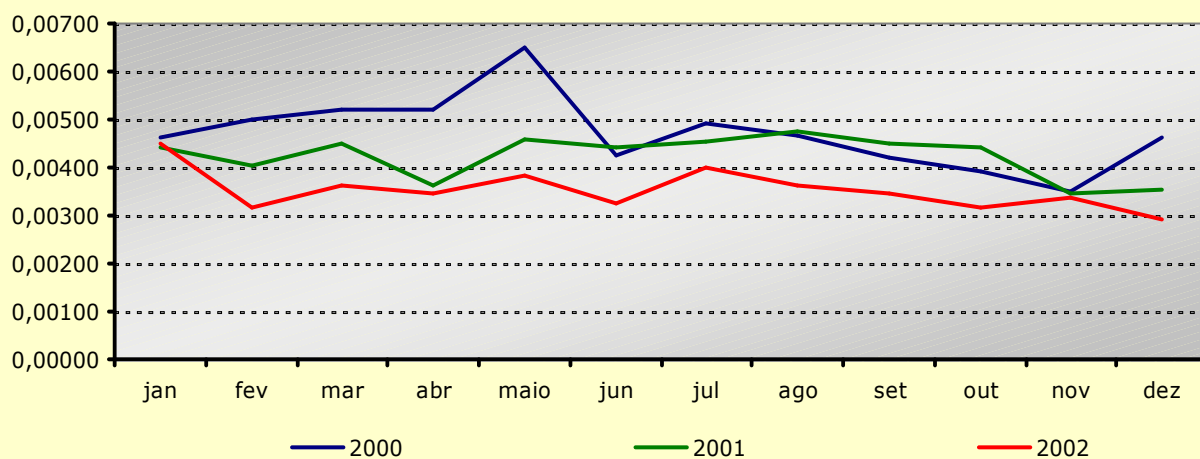




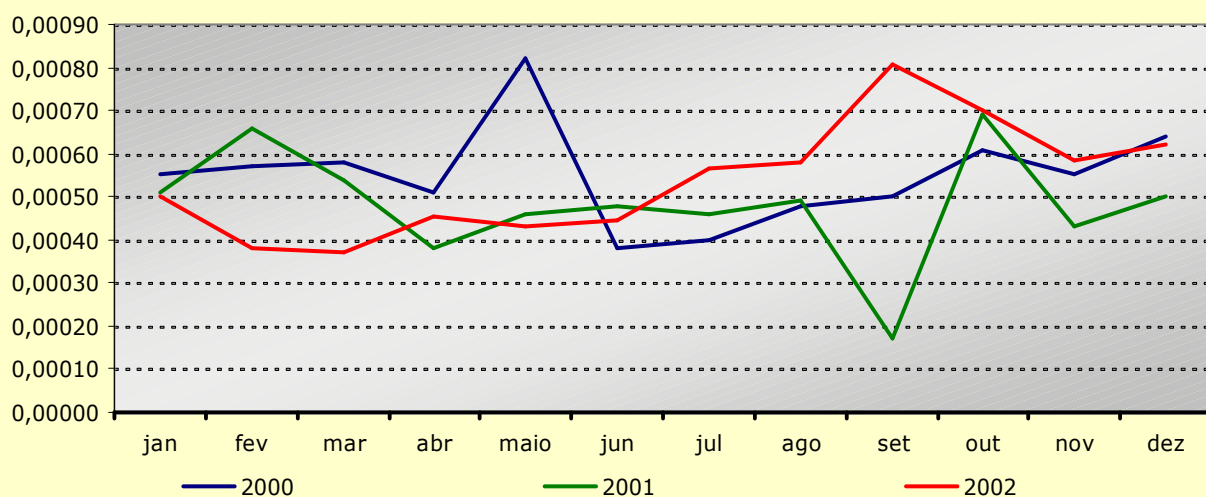
- **Frequência Média de Atendimento de Emergência:**

Sistema de Distribuição Evolução da Frequência Média Atendimento de Emergência (FME) Global no Mês						
MÊS	VAZAMENTO			FALTA DE GÁS		
	Padrão (%) = não fixado			Padrão (%) = não fixado		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Janeiro	0,00461	0,00441	0,00449	0,00055	0,00051	0,00050
Fevereiro	0,00502	0,00403	0,00317	0,00057	0,00066	0,00038
Março	0,00521	0,00450	0,00364	0,00058	0,00054	0,00037
Abril	0,00520	0,00361	0,00345	0,00051	0,00038	0,00045
Maio	0,00648	0,00459	0,00381	0,00082	0,00046	0,00043
Junho	0,00424	0,00443	0,00323	0,00038	0,00048	0,00044
Julho	0,00493	0,00456	0,00400	0,00040	0,00046	0,00057
Agosto	0,00467	0,00477	0,00361	0,00048	0,00049	0,00058
Setembro	0,00422	0,00448	0,00347	0,00050	0,00017	0,00081
Outubro	0,00393	0,00442	0,00318	0,00061	0,00069	0,00070
Novembro	0,00350	0,00344	0,00336	0,00055	0,00043	0,00058
Dezembro	0,00461	0,00354	0,00290	0,00064	0,00050	0,00062

FME GLOBAL - Vazamento



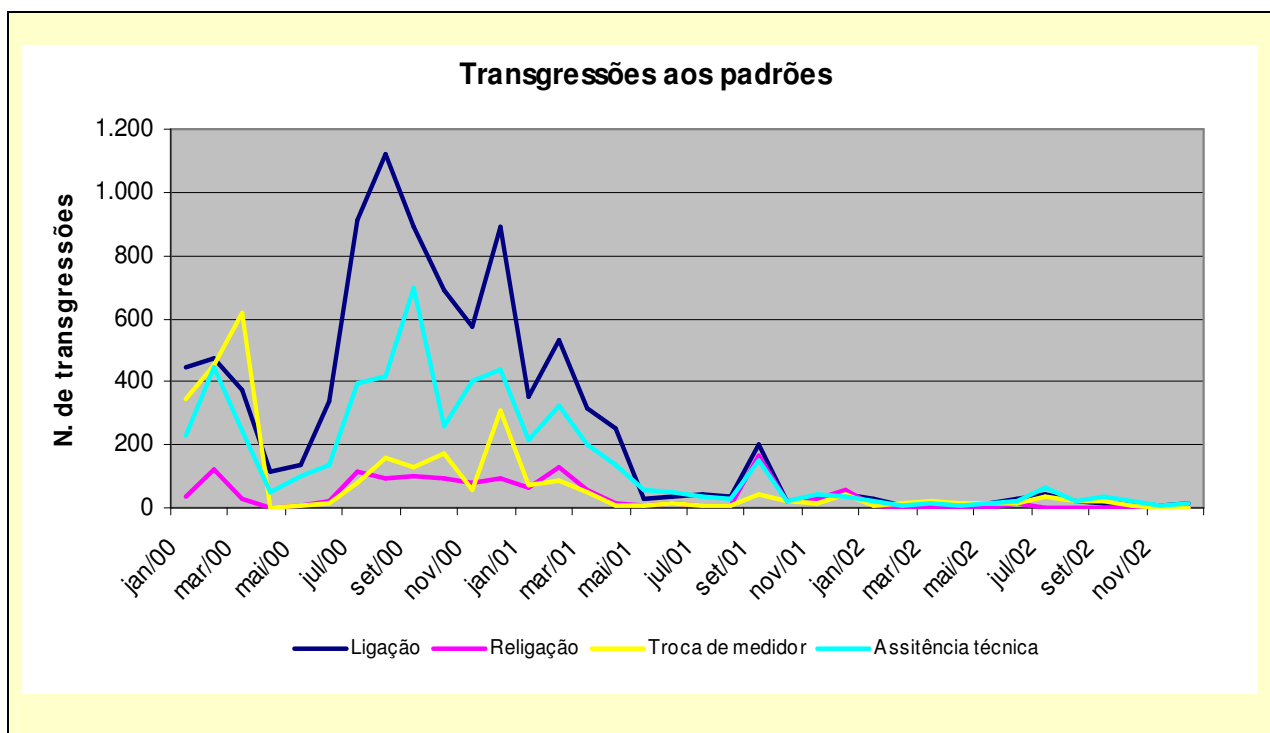
FME GLOBAL - Falta de Gás



Atendimento Comercial:

- Indicadores Individuais:**

Mês/Ano	Número de Não Conformidades				
	Ligação	Religação	Troca de Medidor	Assistência Técnica	Total Mensal
01/00	447	39	348	233	1.067
02/00	474	124	454	448	1.500
03/00	373	27	619	244	1.263
04/00	116	3	1	48	168
05/00	139	9	7	100	255
06/00	335	21	14	135	505
07/00	910	114	80	398	1.502
08/00	1.124	96	159	420	1.799
09/00	893	102	127	697	1.819
10/00	689	92	176	261	1.218
11/00	572	79	56	405	1.112
12/00	891	92	307	439	1.729
01/01	353	62	73	212	700
02/01	534	128	86	322	1.070
03/01	314	56	53	204	627
04/01	252	12	8	137	409
05/01	30	4	6	59	99
06/01	37	15	11	52	115
07/01	40	4	8	38	90
08/01	37	6	6	27	76
09/01	198	167	43	152	560
10/01	25	19	18	24	86
11/01	39	31	12	40	122
12/01	42	59	44	38	183
01/02	30	6	8	25	69
02/02	9	2	17	4	32
03/02	6	1	19	16	42
04/02	5	2	15	8	30
05/02	17	0	13	16	46
06/02	30	13	11	25	79
07/02	42	3	36	65	146
08/02	21	0	22	23	66
09/02	12	0	20	34	66
10/02	11	0	5	23	39
11/02	10	0	3	10	23
12/02	11	1	3	16	31
TOTAL	8.621	1.350	2.540	5.165	17.676



CONCESSIONÁRIA: GÁS NATURAL

A Concessionária Gás Natural São Paulo Sul iniciou a distribuição, em 07/02/2002, apresentando operante, em dezembro de 2002, cerca de 128,6 km de gasodutos, 6 estações de redução de pressão e 303 usuários, dos quais, 21 industriais, 6 automotivos, 17 comerciais e 260 residenciais.

Devido à dimensão da rede de distribuição e ao número reduzido de usuários, não há dados suficientes para a elaboração de estatística, tabelas e gráficos representativos. Entretanto, destaca-se que os indicadores de qualidade apresentados estão em conformidade com os padrões estabelecidos, salvo os indicadores de Concentração de Odorante no Gás (COG) e Características Físico Químicas (CFQ) que denotaram transgressões ao padrão. Contudo estas ocorrências foram justificadas pela Concessionária e aceitas por esta Comissão.

RESULTADOS DAS FISCALIZAÇÕES

CONCESSIONÁRIA	TERMOS DE NOTIFICAÇÃO	AUTOS DE INFRAÇÃO	TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
COMGÁS	3	3	1
GAS NATURAL	3	-	-
TOTAL	6	3	1

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTO REALIZADOS EM 2002

COMGÁS: R\$ 201.346.000,00

GÁS BRASILEIRO: R\$ 22.000.000,00

GÁS NATURAL: R\$ 54.500.870,00

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS – PREVISÃO x REALIZAÇÃO

As metas mínimas, estabelecidas nos Contratos de Concessão, bem como os resultados obtidos por cada Concessionária, são mostrados nos quadros a seguir:

COMGÁS

COMGÁS METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS							
Meta s	Descrição das Metas Mínimas Contratuais da COMGÁS	Prazo para Execução	Metas e unidades		Metas realizadas e percentual		
					2002	99 a 02	%
I	Acréscimo de 200 mil usuários, em 10 anos, com mínimo de 10 mil usuários a.a.	até o 5º ano	70.000	usuários	24.098	55.646	79,52
		6º ao 10º ano	130.000	usuários	n.a.	n.a.	n.a.
II	Construir 400 km de rede, em 5 anos	até o 5º ano	400	km	237,44	539.526	134,88
III	Substituir/Aferição de 65% dos medidores em 10 anos	até o 5º ano	156.475	medidores	50.686	149.699	95,67
		6º ao 10º ano	203.418	medidores	n.a.	n.a.	n.a.
V	Renovar 25% da rede de ferro fundido	5 anos iniciais	247	km	69,17	108,33	43,86
	Renovar 3% a.a da rede de ferro fundido	6º ao 10º ano	148	km	n.a.	n.a.	n.a.
VI	Substituir 3% a.a. de ramais residenciais e comerciais	até o 10º ano	15.448	ramais	3.515	5.330	34,50
VII	Instalar unidades de correção de medição (P&T) em usuários com consumo mensal médio superior a 50.000 m³	até o 5º ano	173(2)	unidades	110	163	94,20

Notas: 1) Metas realizadas com base no Relatório sobre Execução das Metas Contratuais da COMGÁS de 14/06/2002.

2) Total previsto pela concessionária no Plano de Metas de 1999.

3) n.a. – não aplicável

GÁS BRASILENO

GÁS BRASILENO METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS			
Concessionária	Descrição das Metas Mínimas Contratuais da GÁS BRASILENO	Prazo para Consecução	Evolução Contratual das Metas
Gás Brasileiro	Construir 150 km de rede, a partir das ETC's projetadas para as cidades de São Carlos, Araraquara e Araçatuba (Bilac), em até cinco anos.	3 anos iniciais	105 km
		até o 4º ano	135 km
		até o 5º ano	150 km
	Construir 70 km de rede, interligando Ribeirão Preto e região, em até 5 anos	3 anos iniciais	56 km
		até o 5º ano	70 km
	Investir R\$ 50 milhões em 5 ETC's e extensões de rede adicionais às consideradas nas metas anteriores, até o 10º ano.	5 anos iniciais	R\$ 10 milhões (1)
		até o 10º ano	R\$ 50 milhões (1)

Notas: (1) atualizável pela variação do IGPM da Fundação Getúlio Vargas, base Agosto/1999.

(2) prazos considerados a partir de 10/12/1999, data de assinatura do contrato de concessão.

GAS BRASILEANO – METAS REALIZADAS					
Metas	Datas limites	Projetos	Planejado km	Realizado até 10/12/02	% Meta
I	10/12/2002	Araçatuba	48,65	44,20	118%
		São Carlos Descalvado Porto Ferreira	96,60	79,70	
	10/12/2003	Araraquara	37,00	0	0%
	Subtotal		182,25	123,90	118%
II	10/12/2002	Luiz Antonio Ribeirão Preto Sertãozinho	114,50	0	0%
	10/12/2204				
	Subtotal		114,50	0	0%

Notas: (1) Dados informados pela GBD, em 10/12/02, Diger-MA/294/12/02.

(2) Percentagem realizada da primeira etapa das Metas vencidas em 10/12/02.

GAS NATURAL

METAS MÍNIMAS CONTRATUAIS DA GAS NATURAL SPS			
Concessionária	Descrição das Metas Mínimas Contratuais da GÁS BRASILIANO	Prazo para Consecução	Evolução Contratual das Metas
Gás Natural SPS	Construir 200 km de rede, a partir de 3 ETC's projetadas para Araçoiaba da Serra, Itu e outra em trecho do Gasoduto Bolívia-Brasil, no âmbito da sua área de concessão	3 anos iniciais	150 km
		até o 5º ano	200 km
	Investir R\$ 30 milhões em 2 ETC's e extensões de rede adicionais às consideradas na meta anterior, até o 10º ano, devendo uma das ETC's a serem projetadas localizar-se entre Itapetininga e Itapirapuã Paulista	até o 10º ano	R\$ 30 milhões (1)

Nota: MMm³ - milhão de metros cúbicos.

A execução das metas mínimas estabelecidas no Contrato de Concessão, para esta concessionária, serão avaliadas a partir de 31/05/2003. Entretanto, o quadro a seguir mostra o estágio atual de realização das metas:

GAS NATURAL – METAS REALIZADAS					
Metas	Datas limite	Projetos	Planejado km	Realizado até 30/10/2002 Km(1)	% Meta (2)
I	31/05/03	Itú - Salto	16	55,02	
		Itu-Sorocaba -Votorantin	76	68,48	
		Subtotal	92	123,50	82,33 %
	31/05/05	Sorocaba - Porto Feliz	19	0	
		Porto Feliz - Tietê	32	0	
		Araçoiaba - Capela do Alto - Tatuí - Cesário Lange	62,50	0	
		Subtotal	113,50	0	0%

Notas: (1) Extensões conforme informação da Gas Natural SPS 31/01/2003.

(2) Percentagem realizada da primeira etapa das Metas a vencer em 31/05/2003

Plano Quinquenal de Investimentos

A previsão de investimentos elaborada pelas concessionárias, para o período 20/03/2007, é a mostrada na tabela a seguir:

PREVISÃO PARA O ESTADO DE SÃO PAULO DE 2003 a 2006		
Concessionária	Investimentos em geral no Sistema de Distribuição R\$	Consumo Previsto para o 5º Ano MMm³/ano (1)
COMGAS	1.166.171.639	1.710,08
GÁS BRASILIANO	48.962.526	824,29
GÁS NATURAL	142.217.570	438,48

Nota: MMm³ - milhão de metros cúbicos.

COMGAS

Com relação ao Plano Quinquenal de Investimento, a COMGAS está prevendo expandir a sua rede de distribuição de gás, para o período de 2003 a 2007, em 229 km.

COMGÁS PLANO QUINQUENAL DE INVESTIMENTOS - 2003 A 2007			
Segmento	Investimentos gerais nos sistemas de distribuição por segmento - R\$	Extensão de rede km	Consumo previsto no quinto ano em MMm³/ano
Industrial	92.692.856	125,84	137,00
Comercial	136.302.044	-	109,68
Residencial	387.026.206	85,70	55,00
Termelétrica	16.773.500	-	353,00
Cogeração	38.128.050	12,00	605,10
GNV	85.915.036	5,39	450,30
Outros Projetos	202.712.847	-	-
Outros Investimentos	206.621.098	-	-
TOTAL	1.166.171.639	228,93	1.710,08

Notas: (1) Não disponível a extensão da rede dos segmentos.

(2) Com base no Plano quinquenal da COMGÁS apresentado em 30/10/2002

GÁS BRASILIANO

O Plano Quinquenal de Investimento da Gás Brasileiro, para o período de 2003 a 2007, prevê a implantação de 147,10 km de redes nos municípios de Araçatuba, Araraquara, São Carlos, Descalvado, Porto Ferreira, Matão, Ribeirão Preto, Luiz Antonio e Sertãozinho, correspondendo ao investimento total de R\$ 48,96 milhões.

GÁS BRASILIANO PLANO QUINQUENAL DE INVESTIMENTOS 2003 A 2007			
Segmento	Investimentos gerais nos sistemas de distribuição por segmento - R\$	Extensão de rede km	Consumo previsto para o quinto ano – MMm3/ano
Industrial	47.049.165	145,64	188,60
Comercial	98.361	0,96	0,30
Residencial	-	-	-
Termelétrica	-	-	-
Cogeração	-	-	-
GNV	125.500	0,50	7,50
Outros investimentos	1.689.500	-	-
TOTAL	48.962.526	147,10	196,40

Nota: (1) Com base no Plano Quinquenal de 2003 da GBD, apresentado em 18/11/2002.

GÁS NATURAL SPS

O Plano Quinquenal de Investimento da Gás Natural SPS, para o período de 2003 a 2007, prevê a implantação de 359 km de rede nas cidades de Sorocaba, Tatuí, Itapetininga, Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Cesário Lange, Alumínio, Mairinque, Ibiúna, Araçariguama, Porto Feliz, Tietê, Ribeirão Branco e Itapeva, correspondendo ao investimento total de R\$ 147,28 milhões.

GÁS NATURAL PLANO QUINQUENAL DE INVESTIMENTOS 2001 A 2005			
Segmento	Investimentos gerais no sistema de distribuição - R\$	Extensão de rede km	Consumo Previsto no quinto ano – MMm3/ano
Industrial	135.061.690	289	318,00
Comercial	820.790	-	2,41
Residencial	5.330.780	70	1,77
Termelétrica	1.000.000	-	66,00
Cogeração	1.260	-	45,50
GNV	3.045	-	3,80
Outros Investimentos	5.062.160	-	-
TOTAL	147.279.730	359	438,48

Nota: (1) Não disponível a extensão da rede do segmento.

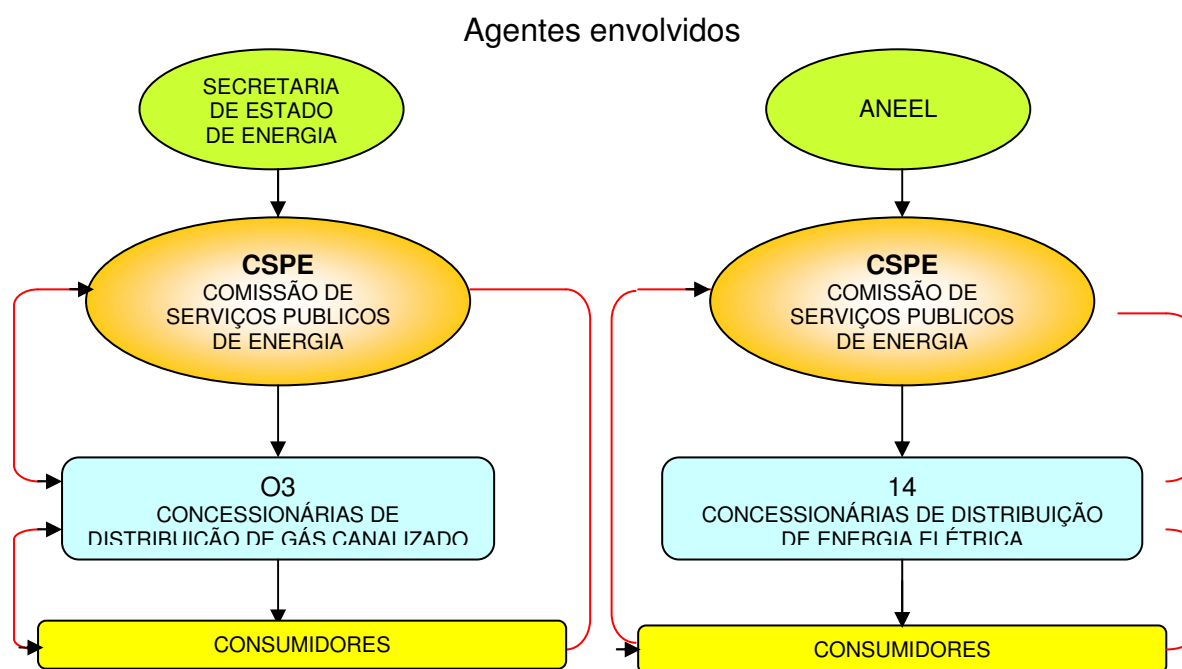
(2) Com base no Plano Quinquenal de 2003 da GAS NATURALSPS, apresentado em 13/12/2002.

OUVIDORIA

ATIVIDADES DE DEFESA DO CONSUMIDOR

O Serviço de Ouvidoria da CSPE é destinado ao atendimento de todos os cidadãos que necessitam registrar reclamações, sugestões, críticas ou elogios referentes aos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica e de gás canalizado, ou ainda receber orientações gerais sobre os serviços, procedimentos e a legislação pertinente.

A Ouvidoria tem a missão de conduzir, de forma imparcial e independente, a tarefa pública de respeitar e fazer ser respeitada a legislação do serviço público de energia, contribuindo para a difusão dos direitos e deveres dos agentes envolvidos (consumidor e concessionária), intervindo para a solução dos conflitos sempre que o entendimento direto tenha se tornado impossível.



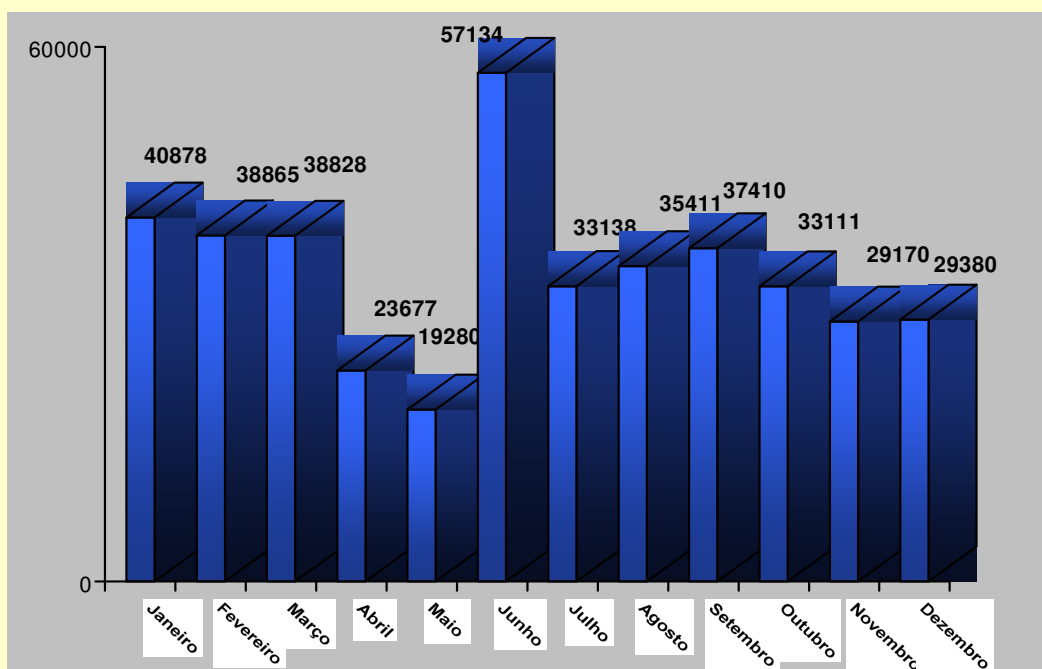
São objetivos da Ouvidoria;

- Buscar a solução dos problemas e conflitos entre cidadão-usuário e agentes, atendendo e orientando esses diversos públicos.
- Registrar e acompanhar todas as etapas do processo, em cumprimento ao Convênio de Descentralização

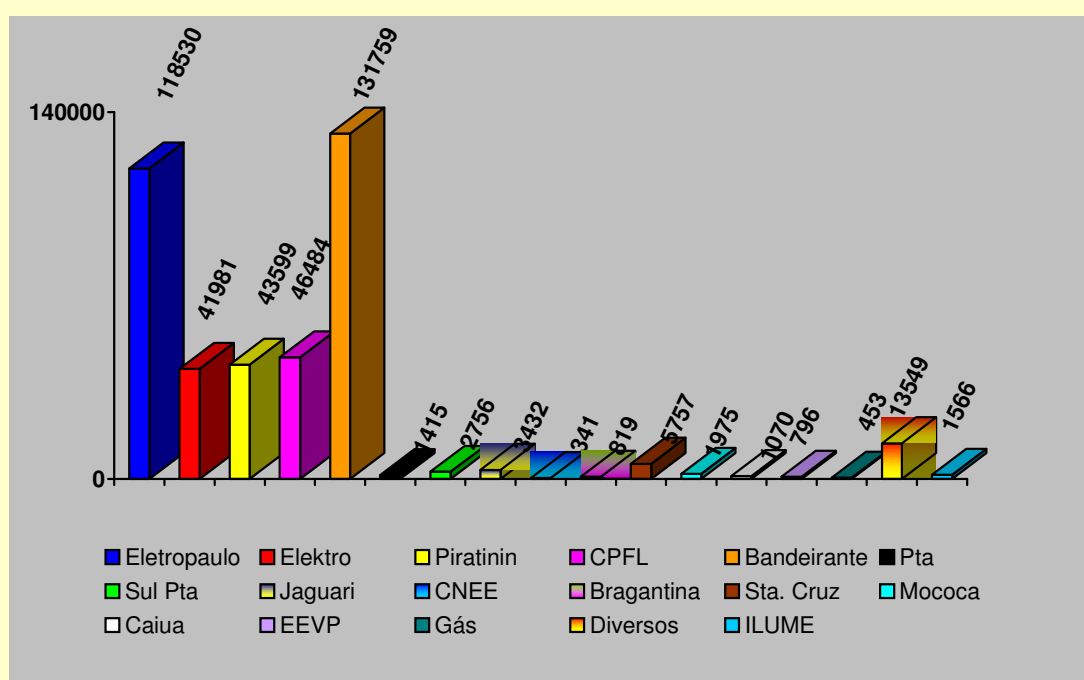
A Ouvidoria da CSPE, instrumento de preservação dos direitos e deveres da sociedade e dos agentes do setor energético, registrou 416.282 solicitações de Ouvidoria, no ano de 2002, entre reclamações, informações, sugestões, críticas,

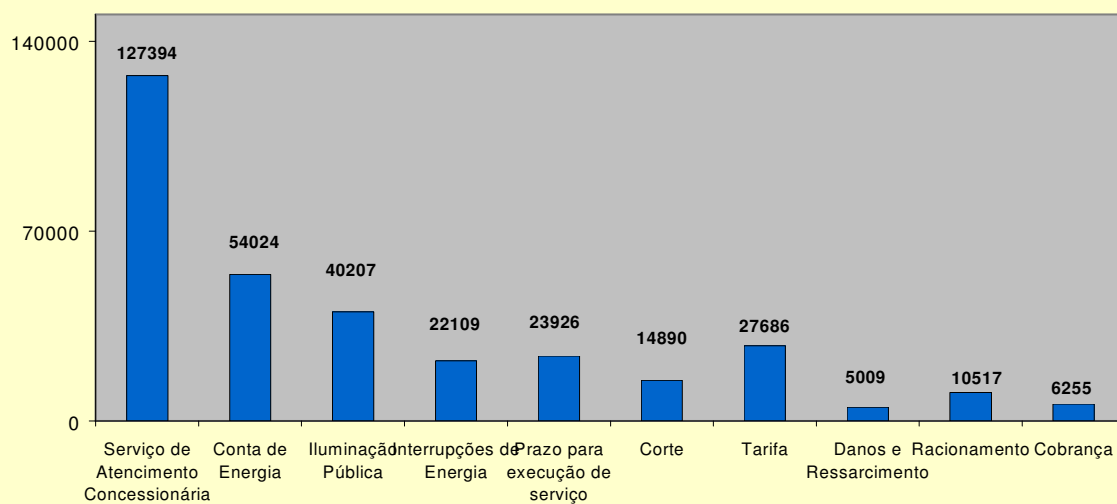
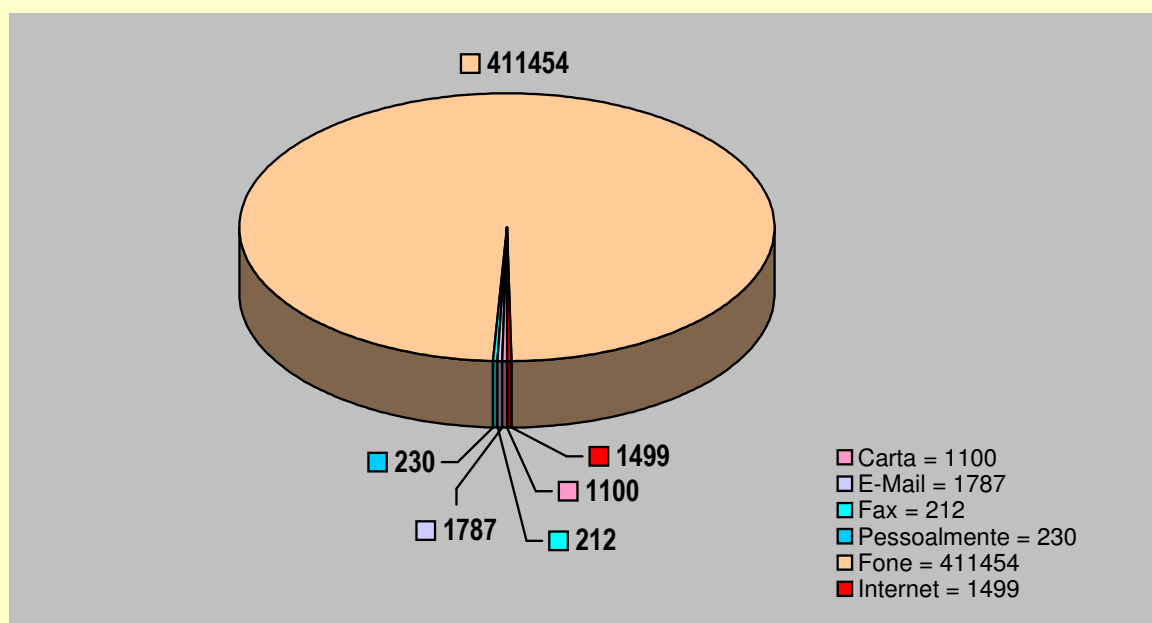
denúncias e elogios, incluindo-se ainda os processos de mediação entre concessionárias e consumidores.

EVOLUÇÃO MENSAL – JANEIRO A DEZEMBRO/2002
TOTAL = 416.282 (MÉDIA DE 34.690/MÊS)

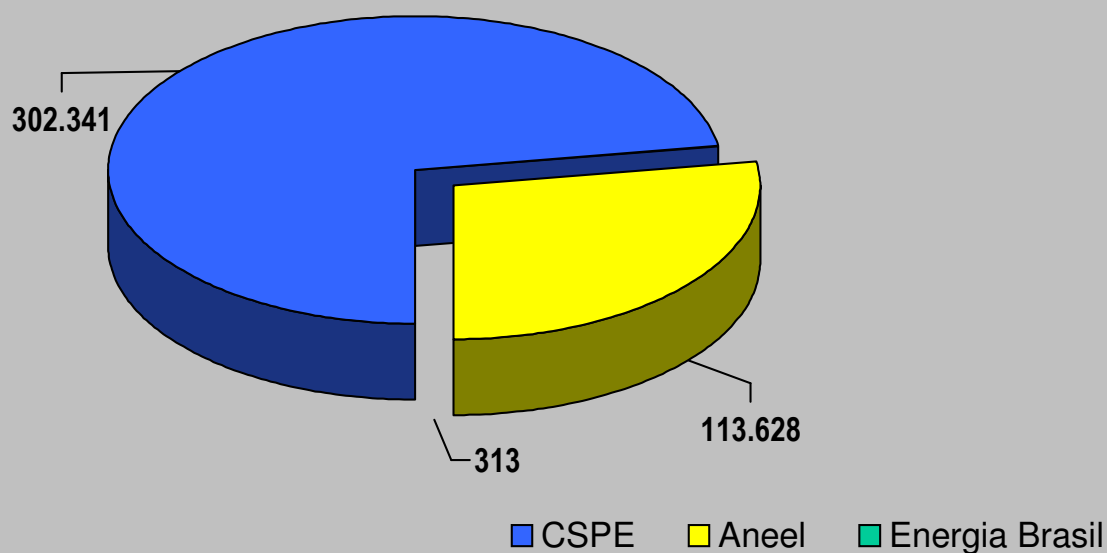


ATENDIMENTO POR CONCESSIONÁRIA JANEIRO A DEZEMBRO/2002
TOTAL = 416.282 (MÉDIA DE 34.690/MÊS)



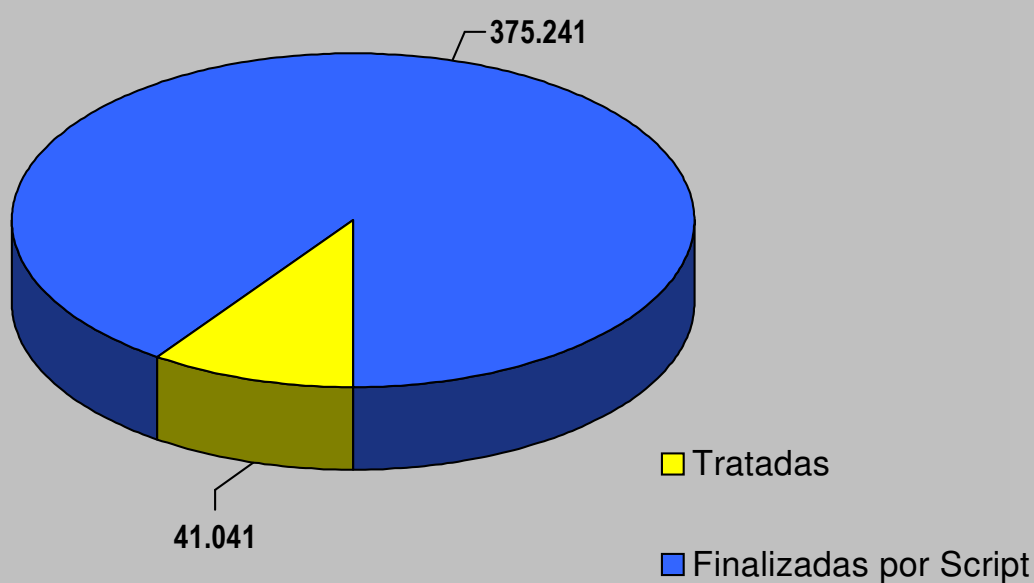
PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS – JANEIRO A DEZEMBRO/2002
TOTAL = 416.282

MEIOS DE ATENDIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2002
TOTAL = 416.282


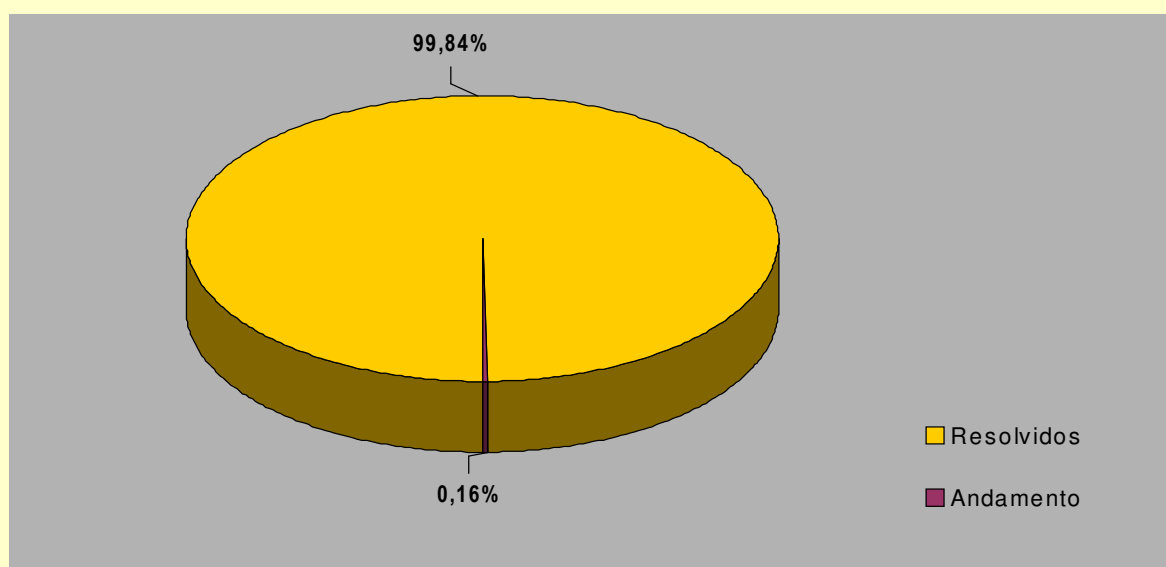
VIA DE RECEBIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2002
TOTAL = 416.282



Do total de 416.282 solicitações registradas, 90% (375.241) foi finalizada por script, ou seja, encerrada no momento do atendimento, após a devida orientação ao solicitante.

% SOLUÇÕES NO MOMENTO DO ATENDIMENTO – JANEIRO A DEZEMBRO/2002
TOTAL = 375.241



SOLICITAÇÕES RESOLVIDAS – JANEIRO A DEZEMBRO/2002
TOTAL 415.633


O aumento significativo nos casos de Ouvidoria da CSPE no ano de 2002, passando de 236.583 no ano de 2001 para 416.282, foi consequência direta do resultado da inclusão do número 0800 da CSPE nas contas de luz de todas as 14 concessionárias de distribuição de energia elétrica, melhoria na estrutura de atendimento, e da campanha publicitária de divulgação institucional da CSPE realizada em novembro de 2000, dezembro de 2001 e dezembro de 2002. As solicitações resolvidas no ano de 2002 totalizam 415.633, restando 649 casos em andamento.

MERCADO DA CONCESSIONÁRIA X SOLICITAÇÕES – TOTAL = 400.714
ANO 2002

ELETROPAULO	39,29	29,58
CPFL	22,71	11,60
BANDEIRANTE	9,84	32,88
PIRATININGA	8,89	10,88
ELEKTRO	13,21	10,48
DEMAIS	6,06	4,58

NUMERO DE SOLICITAÇÕES POR 10 MIL CONSUMIDORES
ANO 2002

ELETROPAULO	5.151.971	230,07
CPFL	2.977.909	156,10
BANDEIRANTE	1.290.819	1.020,74
PIRATININGA	1.166.079	373,89
ELEKTRO	1.732.581	242,30
DEMAIS	794.626	231,06
GÁS	360.000	12,58

CERTIFICAÇÃO ISO 9002

A Ouvidoria da CSPE, na busca do equacionamento das relações entre a sociedade e os agentes dos serviços públicos concedidos de gás canalizado e energia elétrica do Estado de São Paulo, recebeu a certificação ISO 9002, quanto aos procedimentos e sistemática de tratamento das solicitações de ouvidoria e mediação de conflitos.

Este processo resultou em maior agilidade e controle das informações prestadas ao cidadão-usuário dos serviços públicos desses serviços públicos.

A Ouvidoria está se preparando para a nova versão da ISO 9000/2000, que traz mudanças significativas com relação à versão 1994, ora em vigor, pois o foco não está direcionado apenas para assegurar a qualidade do produto, mas também inclui a necessidade de uma organização demonstrar sua capacidade de atingir a satisfação do cliente, com a aplicação da melhoria contínua de seus processos e da prevenção de não-conformidades. Em vez de um sistema de garantia da qualidade, a norma passa a ser caracterizada como um sistema de gestão da qualidade

INDICADORES DE QUALIDADE – GERENCIAMENTO DOS DADOS DE OUVIDORIA

A Ouvidoria da CSPE apresenta, mensalmente às concessionárias, os dados coletados do sistema compartilhado *on line*, no módulo gerencial. O relatório contém um gráfico de evolução dos “casos” pleiteados por meio da Ouvidoria, onde ainda são destacados os pontos importantes que refletem preocupação para a implantação de melhoria no processo.

Além de serem enfatizados esses aspectos, é solicitada a análise crítica visando ao resultado satisfatório, ou seja, a performance dentro dos indicadores.

Com o mapeamento das situações críticas, a concessionária tem condições de alertar sobre as falhas das diversas áreas envolvidas no atendimento ao cidadão-usuário dos serviços, acompanhando todo o processo até o resultado final.

Os dados fornecidos servem de instrumento gerencial para a melhoria da qualidade, em todos os níveis.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Em 2002, a CSPE realizou 108 reuniões de mediação, envolvendo concessionárias e consumidores, possibilitando, na maioria dos casos, reaproximar as partes envolvidas, que se encontravam desgastadas devido a um desentendimento comercial e/ou com relação à legislação.

Os principais assuntos discutidos nestas reuniões foram:

- ✓ Cobrança de valores a maior, em desacordo com a legislação;

- ✓ Suspensão de fornecimento devido ao não pagamento das faturas de energia elétrica;
- ✓ Regularização de medição em localidades de alto índice de fraudes.

Os 36 casos mais importantes, do total de casos mediados pela CSPE, envolvem um montante de aproximadamente R\$ 41.000.000,00, distribuídos entre valores cobrados a maior pela concessionária e inadimplência de consumidores. A seguir, são relacionadas as reuniões de mediação realizadas.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	% do Total
ELETROPAULO	1	3	7	6	7	7	4	9	5	2	4	2	57	52,78%
BANDEIRANTE			2		1		1	2	3	1			10	9,26%
CPFL	2		1	2	2	1		3		1	2	1	15	13,89%
PIRATININGA					3	1							4	3,70%
ELEKTRO		3	2			2	3			1	2	1	14	12,96%
CMS ENERGY										2			2	1,85%
OUTROS*					1		2	2		1			6	5,56%
Total	3	6	12	8	14	11	10	16	8	8	8	4	108	100,00%

* Reuniões conjuntas com todas as concessionárias de energia elétrica, de gás canalizado ou com outros agentes do setor.

O processo de mediação é muito importante por reduzir o tempo para solução da pendência, evitando, na maioria das vezes, que o processo tenha continuidade no Poder Judiciário.

As atividades de Mediação de Conflitos aplicam-se aos casos onde existem: lacunas na legislação pertinente, ausência de dados comprobatórios das partes envolvidas, ou ainda onde há controvérsia na interpretação da legislação aplicada. A CSPE promove a reunião de mediação entre os envolvidos, visando à solução do problema, podendo resultar em acordo entre as partes ou a declaração de impasse, caso sejam esgotadas as possibilidades de entendimento.

COMUNICAÇÃO

CAMPANHA PUBLICITÁRIA

A Campanha Publicitária 2002, lançada em 08/12, visou divulgar os canais de comunicação da Ouvidoria e o papel da CSPE como a agência fiscalizadora dos serviços de energia elétrica no Estado de São Paulo.

Por meio de filmes de TV, anúncios de revista, jornal e cartaz de metrô, a CSPE divulgou a Ouvidoria, através do telefone 0800 55 55 91, e salientou que esse é o serviço de atendimento que permite a todos os cidadãos registrar reclamações ou tirar dúvidas relativas aos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica e gás canalizado do Estado de São Paulo. Além disso, lembrou o consumidor: *Qualquer problema com os serviços, ligue para a sua concessionária. Se ela não resolver, ligue para a CSPE.*

Foram criadas peças diferenciadas para a área de energia elétrica e para a de gás canalizado, apresentadas a seguir:

ENERGIA ELÉTRICA



Anúncio de Jornal e Revista



Cartaz de Metrô

GÁS CANALIZADO



Anúncio de Jornal



Cartaz de Metrô

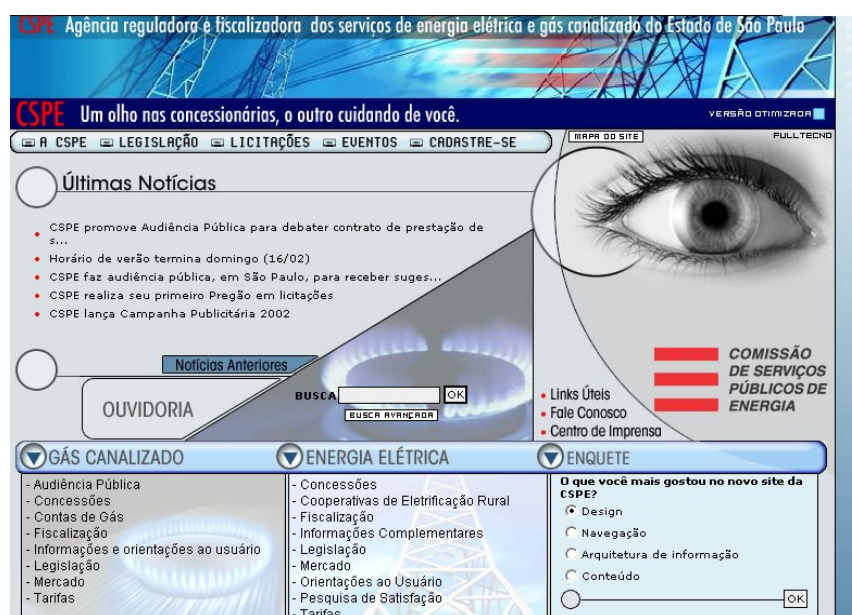
O slogan “Um olho nas concessionárias, o outro cuidando de você”, foi mantido, e destaca uma das políticas da CSPE, que é promover o equilíbrio nas relações entre os consumidores e os agentes do setor elétrico.

A Campanha foi veiculada durante o mês de dezembro em todo o Estado de São Paulo.

NOVO SITE - CSPE

Em dezembro, a CSPE lançou seu novo site, visando disponibilizar aos diversos públicos que interagem com a Comissão - consumidores, concessionárias, profissionais do setor elétrico, órgãos de defesa do consumidor e imprensa - uma estrutura moderna, dinâmica e eficiente, que possibilite um fácil acesso às informações pertinentes às atividades da agência.

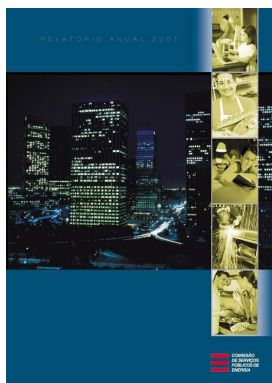
O novo *site* é uma referência de comunicação entre a CSPE e seu público.



www.cspe.sp.gov.br

PUBLICAÇÕES

Relatório Anual de Atividades 2001



Em 2002, a CSPE publicou O *Relatório Anual de Atividades de 2001*. Essa publicação apresenta as principais ações da CSPE nas áreas de energia elétrica e gás canalizado, como por exemplo os resultados obtidos na fiscalização das concessionárias, o número de atendimentos registrados na Ouvidoria e os convênios e parcerias de cooperação firmados entre a CSPE e a Aneel, a ANP e a Universidade de São Paulo. Nela encontram-se encartados os mapas das áreas de concessões das distribuidoras de energia elétrica e de gás canalizado no Estado de São Paulo.

Portaria CSPE-160/2001



Em dezembro, a CSPE lançou a publicação da Portaria CSPE-160/2001, *Condições Gerais de Fornecimento de Gás Canalizado no Estado de São Paulo*, que regulamenta as condições gerais de fornecimento dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado e estabelece os direitos e obrigações dos usuários e das concessionárias a serem observados na prestação e utilização do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Boletim Eletrônico

Agente Eletrônico



Em julho, a CSPE lançou o primeiro número do seu boletim interno, o Agente Eletrônico.

Ele tem o objetivo de promover a comunicação entre as áreas, os funcionários e os colaboradores, e constitui um espaço de informação e divulgação das atividades da Comissão. Nele são disponibilizados artigos, entrevistas e matérias veiculadas nos jornais de grande circulação e nas principais revistas do setor.

EVENTOS

Feiras e Exposições

A CSPE participou, juntamente com a Secretaria de Estado de Energia, de um stand de exposição nos Congressos *Paulista de Municípios* e *Brasileiro de Tecnologia e Informação*.

ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS

As atribuições da Área de Recursos Humanos do Centro Administrativo da CSPE são exercidas em conformidade com o disposto na Lei Complementar 833, de 17/10/97, no Decreto 43.036, de 14/04/98, e de acordo com as atribuições previstas nos artigos 3º, 10º, 13º, 14º, 15º e 16º do Decreto 42.815, de 19/01/98, atuando na:

- Programação e Cálculo de INSS, FGTS, IRRF, Folha de Pagamento, Férias, Rescisão, Benefícios, Controle de Frequência, Prestação de Informações de Interesse do Governo sobre dados do RH da CSPE.
- Programação de Treinamento e Aprimoramento Profissional, controlando e indicando cursos para melhor capacitação de seus servidores.

Além das atribuições retro indicadas a Área é responsável pela realização das seguintes atividades:

- Compras Miúdas, Requisição de Passagens Aéreas, Reserva de Hotéis, Solicitação de Serviços Gerais e de Manutenção Predial e de Equipamentos, Aquisição de Normas Técnicas.
- Apoio na Gestão de Contratos.
- Acompanhamento e Divulgação de Informações do Diário Oficial de Interesse da CSPE.

Em atenção aos procedimentos atribuídos pelo Processo de Certificação do Sistema de Qualidade – ISO 9002, preponderantemente nas questões pertinentes à área de Recursos Humanos, são continuamente aperfeiçoadas as metodologias de controle e acompanhamento de treinamento de Pessoal.

Ainda, para um melhor atendimento ao corpo funcional e um eficaz acompanhamento das questões trabalhistas, a área de Recursos Humanos vem se aprimorando no estudo da legislação pertinente a essas atividades, devido as particularidades inerentes aos servidores da Autarquia, cobertos pela Lei Complementar 712, Lei 500 e CLT.

ÁREA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A gestão orçamentária da CSPE é constituída pelas fontes de recursos do Tesouro do Estado, da Taxa de Fiscalização do Gás e pelo Repasse de Recursos Federais via

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através do Convênio de Descentralização de Atividades, é operacionalizada pela área financeira, através do Programa Orçamentário Setorial, elaborado em conjunto com a Secretaria de Planejamento.

O cronograma de desembolsos é planejado, programado e executado pela área de finanças, conforme regras do SIAFEM – Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios, da Secretaria da Fazenda.

A área de orçamento e finanças do Centro Administrativo da CSPE, programa e executa a gestão financeira de todos os pagamentos, retenções, recolhimentos de tributos, aplicações financeiras efetuadas na corretora da Secretaria da Fazenda do Estado, prestam contas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e emite, mensalmente, balancetes analíticos de suas operações contábeis.

Toda operacionalização dos recursos anteriormente citados, junto aos fornecedores de materiais e serviços, são efetuados via sistema SIAFEM/SIAFÍSICO, através das contas Convênio, Poupança e Única, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

ÁREA DE PROTOCOLO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Esta área congrega as seguintes atividades:

- Gestão do Protocolo;
- Controle da Documentação dos Processos Administrativos e de Fiscalização;
- Controle dos Bens Patrimoniais;
- Controle do Almoxarifado (Físico e no Sistema SIAFEM);
- Suporte na Gestão dos Procedimentos Licitatórios em apoio à área Jurídica e ao Gabinete Administrativo;
- Operacionalização da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC).

FATOS RELEVANTES 2003

Das atividades desenvolvidas pela Área Administrativa ao longo do ano de 2002, destacamos alguns dados que refletem o dinamismo da Instituição:

- 124 requisições de transporte aéreo, emitidas e atendidas;
- 47 mil km rodados pela frota de veículos da CSPE, para a realização de serviços de fiscalização e apoio;
- 28 contratações de prestações de serviços e compras de bens efetuadas;

- R\$ 101.358,64 de redução obtida em relação a 2001, referente a três recontrações de serviços em caráter contínuo (teleatendimento, seguro de veículos e máquinas reprográficas);
- Pioneirismo da CSPE na utilização da nova modalidade de licitação, denominada PREGÃO, que permite negociação com os licitantes, obtendo melhores condições de contratação.

Na atividade de compras e contratações, a CSPE, em 2001, operacionalizou 29 processos, sendo: 9 Convites, 13 Dispensas de Licitação, 7 (sete) Tomadas de Preços, 6 Inexigibilidades e 1 Concorrências.

INFORMÁTICA E SISTEMAS – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A garantia da qualidade na prestação dos serviços públicos de energia elétrica e gás canalizado, passa pela necessidade de se ter uma estrutura de serviços de Tecnologia da Informação com um nível de aproveitamento tecnológico adequado, moderno e capaz de suprir todas as demandas por informações com agilidade, confiança e facilidade no uso das ferramentas computacionais.

O Centro de Informática da CSPE trabalhou no ano de 2002, com o objetivo de consolidar uma arquitetura computacional baseada em: equipamentos, softwares, rede, suporte ao usuário e interfaces com outros agentes, capaz de suprir as principais demandas por serviços de Tecnologia da Informação.

Os principais sistemas como: SISQe (Sistema de Controle de Indicadores de Qualidade das Concessionárias de Energia Elétrica), SISQg (Sistema de Controle dos Indicadores de Qualidade das Concessionárias de Gás Canalizado), SAFI (Sistema de Apoio à Fiscalização de Campo) entre outros sistemas que utilizam bases de dados numéricas, passaram a ser totalmente modelados e implementados no SGDB MS-SQL Server, estando em curso, o desenvolvimento das aplicações, baseado no ambiente WEB, dispensando instalações locais nas estações de trabalho, sendo os acessos realizados através nos navegadores para a Internet.

A aquisição e a instalação de novos equipamentos de rede contribuiu para o funcionamento mais eficiente das aplicações desenvolvidas em Lotus Notes, principalmente o SISDOC (Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos). O sistema permite a utilização do próprio correio eletrônico interno, facilitando assim a notificação quanto ao envio e ao recebimento dos documentos, além de armazenar documentos anexados, tanto em formatos específicos, como é o caso de textos e planilhas, como documentos digitalizados.

Para atender melhor o cumprimento das normas e procedimentos estabelecidos pela ISO 9002, foram desenvolvidas duas aplicações: SISQUALI (Sistema de Monitoramento da Qualidade ISO 9002) e o SISINFO (Sistema de Gestão dos Recursos de Informática), ambas desenvolvidas em Lótus Notes e totalmente integradas com o serviço de correio eletrônico, evitando a circulação de papéis.

Com relação aos sistemas da ANEEL: SIGEFIS (Sistema de Acompanhamento das Fiscalizações) e SISOUV (Sistema de Acompanhamento das Solicitações de Ouvidoria), foi propiciado um aumento da capacidade do Link de acesso à Internet, passando de 256kbps para 2Mbps, permitindo assim o acesso mais rápido com um tempo menor de interrupções.

A rede, baseada no Sistema Operacional Windows, tendo como meio de comunicação o Lotus Notes, tem administração própria e possui uma conexão para a Internet, através de um link de 2Mbps, cedida pela Secretaria de Estado de Energia, com o Palácio do Governo. Três servidores sustentam os serviços de rede e as demandas de aproximadamente 95 estações de trabalho, sendo que um deles contempla o Gerenciador de Bancos de Dados SQL Server 7, o outro o Lotus Notes e o terceiro a Intranet e os serviços de impressão.

No que diz respeito à disponibilização de informações ao público em geral, agentes e consumidores do setor elétrico, a homepage da CSPE foi totalmente remodelada, sendo estabelecida uma navegação eficiente e prática, possibilitando a busca por informações de forma mais atraente e agradável. Do lado da administração da homepage, foi realizada uma descentralização, facilitando assim sua atualização.

Para o ano de 2003, a CSPE prosseguirá no aprimoramento da segurança e na agilidade dos meios físicos de comunicação externa, devendo contar, ainda, com a modernização dos servidores de rede e com a tendência de desenvolvimento dos softwares no padrão WEB.

ASSESSORIA JURÍDICA

Ao longo do ano de 2002 pudemos notar a crescente notoriedade da CSPE entre a sociedade, especialmente, entre a classe de consumidores de energia elétrica e gás canalizado. Foi constatado, também, o intenso crescimento das atividades internas da CSPE decorrente da atuação desta Agência Reguladora na busca pela excelência na prestação dos serviços de regulação e fiscalização dos serviços de distribuição de energia.

Neste prisma vetorial foi o desenvolvimento das atividades do Grupo Jurídico da CSPE que, durante o ano de 2002 desenvolveu, como lhe é por competência, amplos e profundos estudos jurídicos, com vistas ao assessoramento nas atividades regulatórias objetivando o controle da legalidade, a observação dos preceitos e direitos Constitucionais, e mais, a busca pela adequação das normas ao papel social que esta deve desenvolver, caráter primário de qualquer ato administrativo.

Dentre as diversas atividades de sua competência pode-se firmar as principais frentes de atuação, primeiramente, na busca da consolidação das normas reguladoras de energia elétrica e de gás natural mediante a repetida assistência e interpretação das normas expedidas; como, também, com igual importância, na demonstração da probidade de seus procedimentos internos de contratação e interação com empresas privadas.

Atuando diretamente na resolução extrajudicial das demandas entre concessionárias de energia e consumidores, o Grupo Jurídico da CSPE não se limitou a manifestação jurídica quando instado. Por diversas vezes buscou a complementação da assistência prestada pelo quadro de Ouvidoria da CSPE, intervindo e aconselhando os consumidores que buscavam guarida na CSPE.

Não obstante toda esta gama de atividades o Grupo Jurídico da CSPE ainda contemplou o assessoramento direto nas atividades administrativas internas da Autarquia, pregando a solidificação da qualidade na prestação dos serviços públicos.

Desta forma, participou ativamente nos procedimentos licitatórios de aquisição de bens ou contratação de prestação de serviços e nos procedimentos em que se inexigia ou se dispensava licitação com vistas aos mesmos fins, na orientação do quadro de recursos humanos, no controle da legalidade, da equidade e da moralidade das atividades desenvolvidas.

No âmbito das licitações, o Grupo Jurídico participou ativamente na realização e condução da primeira licitação pela modalidade de Pregão realizado pela CSPE, marco na busca pela eficiência e economicidade das contratações realizadas pela Autarquia.

Por fim, é notório também, o crescimento da demanda nas atividades de assessoria jurídica para acompanhamento dos processos administrativos punitivos, com elaboração de peças jurídicas de convalidação de aplicação de penalidades impostas pela CSPE às concessionárias de energia quando estas descumpriram a regulação vigente.

CONVÊNIOS E PARCERIAS

CONVÊNIOS COOPERAÇÃO CSPE E ANEEL

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, celebraram, em 09/06/99, a assinatura do Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação e de Descentralização de Atribuições, mediante Delegação de Atividades, de acordo com os princípios, diretrizes, objetivos contidos na Resolução ANEEL No 296, de setembro de 1998, e nos termos estabelecidos no Plano de Atividades e Metas apresentado pela CSPE para o período de 1999 a 2003, devidamente aprovado pela ANEEL.

O Termo Aditivo ao Convênio tem duração de 05 (cinco) anos, e tem por objeto principal a delegação de atividades complementares da ANEEL para a CSPE, relativamente aos serviços e instalações de energia elétrica, prestados e situados, no Estado de São Paulo, referentes a:

- ✓ Fiscalização de serviços e instalações de energia elétrica;
- ✓ Apuração e solução de queixas de consumidores;
- ✓ Formulação de padrões regionais de controle e fiscalização da qualidade do serviço;
- ✓ Prestação de apoio na articulação com os demais órgãos estaduais e municipais nos processos de concessões, permissões e autorizações; e
- ✓ Prestação de apoio e fornecimento de subsídios nos processos de regulação econômica.

No cumprimento deste Convênio a CSPE executará suas atividades de forma a proporcionar condições favoráveis para que o desenvolvimento do mercado de energia elétrica ocorra com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A USP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Universidade de São Paulo - USP, por meio da Escola Politécnica – Departamento de Engenharia de Energia, celebraram em 18/11/1999, o convênio de cooperação técnica para o desenvolvimento de estudos e pesquisas, cursos, programas de treinamento, elaboração de normas técnicas, visando o desenvolvimento de metodologias e procedimentos para apoio à regulamentação e fiscalização dos serviços de distribuição de energia elétrica e capacitação de pessoal. O prazo de vigência do Convênio é de 04 (quatro) anos, com recursos da CSPE e USP.

O objeto do Convênio está sendo desenvolvido, através de planos de trabalhos estruturados em linhas de pesquisa, tais como:

- ✓ Qualidade de Fornecimento - Regulamentação da Forma de Onda.
- ✓ Modelos da Avaliação do Custo da Interrupção.
- ✓ Gestão da Informação - Desenvolvimento de Sistemas Informatizados
- ✓ Critérios de Seleção e Controle dos Planos de Eficientização e de P&D.
- ✓ Apoio a Regulamentação da Distribuição.
- ✓ Modelo para Monitoramento da Qualidade do Fornecimento de Energia Elétrica.
- ✓ Impacto de Investimentos na Qualidade de Fornecimento.
- ✓ Modelo para Validação de Indicadores de Qualidade do Fornecimento.
- ✓ Arcabouço Jurídico do Setor Elétrico e Propostas de Aperfeiçoamento.
- ✓ Novos Agentes na Comercialização da Energia Elétrica.
- ✓ Bases para a Vigilância Tecnológica.
- ✓ Energia Elétrica e os Direitos do Cidadão.
- ✓ Promoção da Eletrificação Rural em São Paulo.
- ✓ Sistema Integrado de Gestão para a Fiscalização.
- ✓ Aspectos de Meio Ambiente, relacionados com a Regulação da Distribuição de Energia Elétrica.
- ✓ Estudos sobre áreas homogêneas de Distribuição.
- ✓ Elaboração de Norma de Condições Gerais de Fornecimento de Iluminação Pública.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CSPE E ANP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Agência Nacional do Petróleo - ANP, assinaram em 19/11/99, o Convênio de Cooperação Técnica – Científica, com vigência de 05 (cinco) anos, visando o desenvolvimento de estudos e atividades para regulamentação das questões referentes ao transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado, compreendendo os seguintes itens:

- ✓ treinamento e formação de recursos humanos na área de regulamentação do gás canalizado;
- ✓ definição das delimitações entre os sistemas de transporte;
- ✓ regulação econômica e critérios para evitar verticalização no setor;
- ✓ propostas para estabelecimento de parâmetros de qualidade de fornecimento para o gás natural;

- ✓ questões tecnológicas e econômicas relacionadas ao gás canalizado;
- ✓ aspectos gerais da regulamentação do transporte, distribuição e comercialização do gás canalizado; e
- ✓ troca de informações vinculadas ao exercício das competências de regulação e fiscalização dos serviços de gás canalizado.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A SDE

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Direito Econômico assinaram, em 23 de fevereiro de 2001, o convênio de Cooperação Técnica e Operacional, e de Intercâmbio relacionada à defesa da ordem econômica e à proteção do consumidor, com vigência de 05 (cinco) anos.

O presente Convênio de Cooperação Técnica e Operacional e de Intercâmbio tem por objetivo estabelecer as bases gerais de mútua cooperação para a atuação conjunta da SDE (DPDC e DPDE) e a CSPE, observadas as respectivas competências, mediante a adoção de procedimentos integrados e/ou conexos, em matérias relacionadas com os setores econômicos que são objeto de regulação da CSPE, observada a Lei nº. 8.666/93, e legislações complementares, no que couber.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A ARSAL

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Alagoas – ARSAL assinaram, em 17/04/2002, o Convênio de Cooperação Técnica, com vigência de um ano, visando ao:

- ✓ Treinamento e formação de recursos humanos na área e regulação de competência da CSPE.
- ✓ Apoio técnico na regulamentação das questões referentes ao transporte, armazenamento, distribuição e comercialização do gás canalizado.
- ✓ Troca de informações vinculadas ao exercício das competências de regulação e fiscalização de competência da CSPE.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A ARSEP

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Norte – ARSEP assinaram, em 25/06/2002, o Convênio de Cooperação Técnica, com vigência de um ano, visando ao:

- ✓ Treinamento e formação de recursos humanos na área e regulação de competência da CSPE.

- ✓ Apoio técnico na regulamentação das questões referentes ao transporte, armazenamento, distribuição e comercialização do gás canalizado.
- ✓ Troca de informações vinculadas ao exercício das competências de regulação e fiscalização de competência da CSPE.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A CSPE E A SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DO PARANÁ

A Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE e a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná assinaram, em 24/04/2002, o Convênio de Cooperação Técnica, com vigência de um ano, visando ao:

- ✓ Treinamento e formação de recursos humanos na área e regulação de competência da CSPE.
- ✓ Apoio técnico na regulamentação das questões referentes ao transporte, armazenamento, distribuição e comercialização do gás canalizado.
- ✓ Troca de informações vinculadas ao exercício das competências de regulação e fiscalização de competência da CSPE.